



## **ACADEMIA MILITAR**

### **A Importância da Companhia de Reabastecimento e Serviços no Apoio Adicional Prestado às Autoridades Cíveis, Forças e Serviços de Segurança.**

**Autor: Aspirante AdMil Abedul Trindade do Nascimento**

**Orientador: Major AdMil Paulo José Rodrigues Duarte**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada  
Lisboa, Julho de 2012**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **A Importância da Companhia de Reabastecimento e Serviços no Apoio Adicional Prestado às Autoridades Cíveis, Forças e Serviços de Segurança.**

**Autor: Aspirante AdMil Abedul Trindade do Nascimento**

**Orientador: Major AdMil Paulo José Rodrigues Duarte**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada  
Lisboa, Julho de 2012**

## **Dedicatória**

Aos meus pais e irmãos  
E a todos aqueles que contribuíram para a minha formação

## **Agradecimentos**

Sem o contributo de um determinado número de pessoas, o presente trabalho não seria possível.

Assim, e como não podia deixar de ser, ao longo deste trabalho de investigação contei com o apoio de diversas entidades e pessoas às quais deixo os meus agradecimentos.

Ao meu orientador, Sr. Major Duarte, por todo o apoio prestado e pela disponibilidade e interesse demonstrados na condução do trabalho, pelos esclarecimentos e sugestões, acompanhamento dedicado e atenção dispensada em todos os momentos.

Agradeço a todas as pessoas que prestam serviço na Escola Prática dos Serviços, Oficiais, Sargentos, Praças e civis, pela disponibilidade demonstrada e pelos dados fornecidos que em muito ajudaram para o desenvolvimento do trabalho.

Aos entrevistados, Sr. TCor Santana, Sr. Cap Henriques, Sr. Cap Silveira, Sr. Cap Machado, Sr. Cap Monteiro, Sr. Ten Paixão Carvalho e Sr. Ten Viriato Carvalho, pela disponibilidade demonstrada, não só para a realização das entrevistas como também nas sugestões sobre a abordagem ao tema.

Sendo um trabalho final de curso não poderia esquecer as pessoas que mais de perto e durante mais tempo acompanharam o meu percurso académico, o Sr. TCor Guimarães, no papel de Diretor de Curso de Administração Militar entre 2008 e 2011, assim como de professor em diversas unidades curriculares, e o Sr. Major Rosado, como professor também em diversas unidades curriculares e que sempre incentivou aos alunos a importância da investigação científica.

Ao Sr. TCor Inocêncio, na qualidade de Diretor de Curso de Administração Militar no Ano Letivo de 2011/2012, por ter acompanhado de perto uma fase crucial da formação, correspondente ao Tirocínio Para Oficial. Durante o período referente ao Trabalho de Investigação Aplicada revelou interesse, envolvimento e prontidão na resolução de problemas que foram surgindo durante a realização do trabalho de investigação.

Ao Sr. Alferes Rodrigues pelo contributo na formatação do trabalho.

A todos os camaradas do meu curso, tanto pelo apoio prestado no decorrer do trabalho quer na partilha de experiências, quer na partilha de conhecimentos relativamente à investigação os quais se revelaram de crucial importância.

## Epígrafe

“Não é a espécie mais inteligente ou mais forte  
que sobrevive, mais sim aquela que consegue  
adaptar-se melhor à mudança.”

Charles Darwin

## **Resumo**

O presente Trabalho de Investigação Aplicada está subordinado ao tema, “A importância da Companhia de Reabastecimento e Serviços no apoio adicional prestado às Autoridades Cíveis, Forças e Serviços de Segurança”.

Ao longo dos últimos anos, fruto das novas orientações da Política de Defesa Nacional, as missões atribuídas às Forças Armadas em geral e ao Exército em particular, tem tido um incremento com impacto direto nas Missões de interesse público. Neste contexto, surge o presente trabalho partindo da questão central, “Qual o contributo das missões executadas pela CReabSvc no apoio às autoridades cíveis, forças e serviços de segurança”.

Os objetivos definidos para este trabalho aludem a uma abordagem do enquadramento legislativo e doutrinário que sustentam o tema e suportam o conteúdo das entrevistas recolhidas.

Como metodologia na realização do trabalho adotou-se a abordagem da investigação segundo Fortin, recolhendo-se a informação através da análise documental de publicações e legislações sobre a temática, entrevistas exploratórias, observações diretas e inquéritos por entrevista.

Conclui-se que a CReabSvc, pela experiência adquirida com a participação em inúmeros exercícios e apoios a entidades cíveis, desempenha as missões atribuídas neste âmbito com elevados graus de eficácia e prontidão, refletida nas intervenções que têm tido, nomeadamente na colaboração com a Proteção Civil, através dos Planos Aluvião e Lira. A intervenção desta companhia nas outras missões de interesse público, acima de tudo, numa mais-valia que poderá ser benéfica num cenário de resposta a crise.

**Palavras-Chave:** Forças Armadas, Exército, CReabSvc, Proteção civil.

## **Abstract**

The present work research is subordinated to the theme, "The importance of Supply and Services Company in additional support for the Civil Authorities, Forces and Security Services."

Over the past few years, in consequence of the National Defense Policy new guidelines, the missions assigned to the Armed Forces in general and the Army in particular, has increased with directly impact to the missions of public interest.

In this context, the present work appears based on the central question, "What is the contribution of conducted missions by CReabSvc in support of civil authorities, forces and security services."

The goals set for this work, refers to a legislative and doctrinal approach to support the theme and content of the collected interviews.

To realize this work research, we adopt the Fortin's methodology, collecting information on the subject through documentary analysis of publications and legislation, exploratory interviews, direct observations and interview surveys.

It is concluded that, the experience gained by the CReabSvc in numerous exercises and support to civil authorities, allows carrying out the assigned tasks in this field with high degrees of effectiveness and readiness, reflected in the interventions that have had, particularly on collaboration with the Civil Protection through the Plans Aluvião and Lira. The intervention of this company in other public interest missions is reflected, above all, a capital gain that may be beneficial in a crisis response operations.

**Key Words:** Armed Forces; Army; Supply and Services Company; Civillian Protection.

## Índice Geral

Dedicatória.....	i
Agradecimentos .....	ii
Epígrafe .....	iii
Resumo .....	iv
Abstract.....	v
Índice Geral .....	vi
Índice de Ilustrações .....	x
Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas .....	xi
Capítulo 1 - Enquadramento Teórico .....	1
1.1. Introdução.....	1
1.2. Problema de Investigação: Escolha, Formulação e Justificação .....	1
1.3. Delimitação da Abordagem.....	2
1.4. Questão Central .....	2
1.5. Questões de Investigação.....	2
1.6. Hipóteses de Investigação .....	3
1.7. Objetivos do Estudo .....	3
1.7.1. Objetivo geral .....	3
1.7.2. Objetivo específico .....	3
1.8. Revisão da Literatura.....	4
1.8.1. Missões de Interesse Público .....	4
1.8.2. Escola Prática de Administração Militar e combate aos incêndios florestais.....	5
1.8.3. A Companhia de Reabastecimento e Serviços, missão e possibilidades, modo de emprego e recursos .....	6
1.9. Quadro de Referência .....	8
1.10. Síntese dos Capítulos do TIA .....	8



Capítulo 2 - Defesa Nacional, Segurança Interna e Proteção Civil.....	10
2.1. Introdução.....	10
2.2. As Forças Armadas.....	10
2.2.1. Constituição da República Portuguesa .....	10
2.2.2. Conceito Estratégico da Defesa Nacional.....	11
2.2.3. Lei de Defesa Nacional.....	11
2.2.4. Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas .....	11
2.2.5. Lei Orgânica do Estado Maior General das Forças Armadas.....	11
2.2.6. Lei de Bases da Proteção Civil .....	12
2.3. Forças e Serviços de Segurança.....	13
2.4. Sistemas Concorrentes de Proteção e Segurança .....	14
2.5. Síntese do Capítulo.....	17
Capítulo 3 - Exército e as Outras Missões Interesse Público .....	18
3.1. Introdução.....	18
3.2. Enquadramento Legal.....	18
3.3. O Exército como Agente da Proteção Civil.....	19
3.3.1. Plano de Operações Vulcano .....	20
3.3.2. Plano de Operações Lira .....	21
3.3.3. Plano de Operações Aluvião.....	21
3.3.4. Plano de Operações de Célula.....	22
3.3.5. O Hospital de Campanha do Exército para o Apoio a Catástrofes .....	23
3.4. Síntese do Capítulo.....	23
Capítulo 4 - A Companhia de Reabastecimento Serviços, Missão e Possibilidades.....	25
4.1. Introdução.....	25
4.2. O Enquadramento da CReabSvc .....	25
4.3. Capacidades e Valências .....	26
4.4. Formação, Treino e Exercícios Operacionais.....	27

4.5.	Resposta a Situações de Acidente Grave, Catástrofe ou Calamidade .....	27
4.5.1.	Intervenções em Incêndios Florestais .....	28
4.5.2.	Situações de cheias .....	29
4.5.3.	Formação e Treino para os Planos .....	30
4.5.4.	Autorização da colaboração da Escola Prática dos Serviços .....	31
4.6.	Síntese do Capítulo.....	31
	Capítulo 5 - Trabalho de Campo e Metodologia de Investigação .....	32
5.1.	Tipo de Estudo.....	32
5.2.	Amostra .....	32
5.3.	Instrumentos .....	33
5.4.	Procedimentos .....	33
	Capítulo 6 - Apresentação, Estudo e Discussão dos Resultados .....	35
6.1.	Introdução.....	35
6.2.	Análise das Entrevistas.....	35
6.3.	Conclusões das Entrevistas.....	43
6.4.	Análise SWOT.....	43
	Capítulo 7 - Conclusões e Recomendações .....	45
7.1.	Introdução.....	45
7.2.	Verificação das Hipóteses da Investigação .....	45
7.3.	Respostas à Questão Central.....	46
7.4.	Cumprimento dos Objetivos.....	47
7.5.	Limitações da Investigação .....	47
7.6.	Desafios para Futuras Investigações.....	48
	Bibliografia.....	49
	APÊNDICES .....	1
	Apêndice A – Estrutura da Proteção Civil.....	1
	Apêndice B - Quadro de efetivo da CReabSvc .....	2

Apêndice C – Guia das Entrevistas .....	3
Apêndice D - Entrevista ao Sr. TCor Santana .....	4
Apêndice E - Entrevista ao Sr. Cap Monteiro .....	7
Apêndice F - Entrevista ao Sr. Ten Carvalho .....	9
Apêndice G - Entrevista ao Sr. Ten Paixão Carvalho .....	11
Apêndice I - Entrevista ao Sr. Capitão Silveira.....	14
Apêndice J - Entrevista ao Sr. Capitão Sá Machado .....	16
Apêndice K - Entrevista ao Sr. Capitão Henriques .....	17
ANEXOS .....	20
Anexo A Enquadramento e Organização das Forças Armadas .....	1
Anexo B - Centro de Coordenação Operacional Distritais de atuação das FA .....	2
Anexo C - Vigilância Móvel e Combate ao Fogo em Primeira Intervenção.....	3
Anexo D - Componente Operacional do Sistema de Forças .....	5
Anexo E - Organograma da Companhia de Reabastecimento e Serviços. ....	6
Anexo F - Organograma da Escola Prática dos Serviços .....	7
Anexo G - Quadro Orgânico de Pessoal por postos da CRS.....	8
Anexo H - Área da responsabilidade da Escola Prática dos Serviços .....	9
Anexo I - Relação dos meios a aprontar aos Planos de Operações .....	10
Anexo J - Grau de prontidão do Exército no caso de solicitação da ANPC.....	11
Anexo K - Modelo de relatório dos Planos de Operações.....	12

## Índice de Ilustrações

Ilustração 1: Estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada .....	9
Ilustração 2: Número de exercícios de apoios prestados pela CReabSvc .....	27
Ilustração 3: Atividades desenvolvidas pela equipa da SEDFCI da EPS .....	28
Ilustração 4: Empenhamento dos militares da EPS no âmbito do Plano Lira.....	29
Ilustração 5: Caracterização dos entrevistados .....	32
Ilustração 6: Etapas do procedimento científico propostas por Quivy e Campenhoudt .....	34
Ilustração 7: Análise de resultados das respostas à questão número 1.....	36
Ilustração 8: Análise de resultados das respostas à questão número 2.....	37
Ilustração 9: Análise de resultados das respostas à questão número 3.....	38
Ilustração 10: Análise de resultados das respostas à questão número 4.....	39
Ilustração 11: Análise de resultados das respostas à questão número 5.....	41
Ilustração 12: Análise de resultados das respostas à questão número 6.....	42
Ilustração 13: Matriz SWOT.....	44
Ilustração 14: Estrutura da Proteção Civil .....	1
Ilustração 15: Quadro de efetivo da CReabSvc .....	2
Ilustração 16: Enquadramento e Organização das Forças Armadas .....	1
Ilustração 17: Centros de Coordenação Operacional Distritais de atuação das FA. ....	2
Ilustração 18: Localização das equipas de SEDFCI .....	3
Ilustração 19: Componente Operacional do Sistema de Forças.....	5
Ilustração 20: Organograma da CRS .....	6
Ilustração 21: Organograma da Companhia de Reabastecimento e Serviços. ....	7
Ilustração 22: Quadro Orgânico de Pessoal por postos da CRS .....	8
Ilustração 23: Área da responsabilidade da Escola Prática dos Serviços.....	9
Ilustração 24: Relação dos meios a aprontar ao Plano de Operações Lira EPS 11 .....	10
Ilustração 25: Relação de meios a aprontar ao Plano de Operações Aluvião EPS 11_12 .....	10
Ilustração 26: Estado de alerta e nível de alerta do Exército para o plano Lira .....	11
Ilustração 27: Estado de alerta e nível de alerta do Exército para o plano Aluvião.....	11
Ilustração 28: Modelo de Relatório dos Planos de Operações.....	12

## **Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas**

AAVV	Autores Vários
AFN	Autoridade Florestal Nacional
AdMil	Adimistração Militar
AM	Academia Militar
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
APC	Agentes de Proteção Civil
AR	Assembleia da República
BApSvc	Batalhão de Apoio Serviços
BrigInt	Brigada de Intervenção
BrigMec	Brigada Mecanizada
BrigRR	Brigada de Reação Rápida
BSAF	Batalhão de Serviços e Apoio à Formação
CCO	Centro de Coordenação Operacional
CCOD	Centro de Coordenação Operacional Distrital
CCON	Centro de Coordenação Operacional Nacional
CDOS	Comandos Distritais de Operação de Socorro
CDPC	Comissão Distrital de Proteção Civil
CEDN	Conselho Estratégico de Defesa Nacional
CEM	Conceito Estratégico Militar
CEME	Chefe do Estado Maior do Exército
CEMGFA	Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas
CFT	Comando das Forças Terrestre
CID	Comando de Instrução e Doutrina
CMPC	Comissão Municipal de Proteção Civil
CNOS	Comando Nacional de Operações de Socorro
CNPC	Comissão Nacional de Proteção Civil
COC	Comando Operacional Conjunto
COM	Comandante Operacional Municipal
COp	Comando Operacional

COSF	Componente Operacional do Sistema de Forças
CRabSvc	Companhia de Reabastecimento e Serviços
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSOF	Centro de Situação e Operações Conjuntas
DGRF	Direcção-Geral de Recursos Florestais
DOS	Days OF Supplay (Dias de Abastecimento)
EBE	Estrutura Base do Exército
EET	Equipa de Emergência e Trauma
ElemDefBQ	Elemento de Defesa Biológica e Química
EME	Estado-Maior do Exército
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
EPA	Escola Prática de Artilharia
EPAM	Escola Prática de Administração Militar
EPC	Escola Prática de Cavalaria
EPE	Escola Prática de Engenharia
EPS	Escola Prática dos Serviços
EPT	Escola Prática de Transmissões
FA	Forças Armadas
FApGer	Forças de Apoio Geral
FND	Forças Nacionais Destacadas
FOPE	Força Operacional Permanente do Exército
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GET	Grupo de Emergência e Trauma
GNR	Guarda Nacional Republicana
HCamp	Hospital de Campanha
HCM	Hospital Cirúrgico Móvel
HMP	Hospital Militar Principal
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
LBPC	Lei de Bases da Protecção Civil
LDN	Lei de Defesa Nacional
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases de Organização das Forças Armadas

LSI	Lei de Segurança Interna
MAI	Ministério da Administração Interna
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MEFA	Missões Específicas das Forças Armadas
NBQ	Nuclear, Biológico e Químico
NBQR	Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico
OCAD	Órgãos de Comando Administração e Direção
OMIP	Outras Missões de Interesse Público
PCM	Presidente de Câmara Municipal
PITOP	Plano Integrado de Treino Operacional
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
QOM	Quadro Orgânico de Material
QOP	Quadro Orgânico de Pessoal
RA4	Regimento de Artilharia número quatro
RC3	Regimento de Cavalaria número três
RC6	Regimento de Cavalaria número seis
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RE1	Regimento de Engenharia número um
RI10	Regimento de Infantaria número dez
RI13	Regimento de Infantaria número treze
RI14	Regimento de Infantaria número catorze
RI19	Regimento de Infantaria número dezanove
RI3	Regimento de Infantaria número três
RL2	Regimento de Lanceiros número dois
SDFCI	Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios
SEDFCI	Sapadores do Exército para a Defesa da Floresta Contra Incêndios
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteira
SFN	Sistema de Forças Nacionais
SIC	Sistema de Investigação Criminal
SIGS	Sistema Integrado de Gestão de Crise
SIOPS	Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro
SIS	Serviço de Informação de Segurança

SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
SNBPC	Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil
SNPC	Sistema Nacional de Proteção Civil
SNPCE	Sistema Nacional do Planeamento Civil de Emergência
SO	Serviço de Observação
SOIS	Secção de Operações Informação e Segurança
SSI	Sistema de Segurança Interna
SWOT	Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats
TCor	Tenente Coronel
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TN	Território Nacional
U/E/O	Unidades, Estabelecimento e Órgãos
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZMA	Zona Militar do Açores
ZMM	Zona Militar da Madeira



# Capítulo 1

## Enquadramento Teórico

### 1.1. Introdução

Este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), é uma parte integrante do mestrado em Administração Militar, dos cursos ministrados na Academia Militar (AM). Neste âmbito, surgiu o seguinte tema para o desenvolvimento da investigação, “*A importância da Companhia de Reabastecimento e Serviços no apoio adicional prestado às Autoridades Cíveis, Forças e Serviços de Segurança*”.

A relevância deste trabalho prende-se não só com a necessidade de desenvolver as competências de investigação científica do aluno tirocinante, as quais serão importantíssimas no decurso da sua carreira profissional, bem como dar um contributo enriquecedor para a instituição militar, na medida em que esta poderá retirar importantes benefícios numa área tão específica como é articular as capacidades militares, meios de segurança interna e da proteção civil.

O objetivo deste trabalho consiste numa abordagem à participação do Exército no âmbito das Outras Missões de Interesse Público (OMIP), que culmina no papel desempenhado pela CReabSvc, ao longo dos últimos cinco anos, em ações de rotina ou em situações de emergência.

### 1.2. Problema de Investigação: Escolha, Formulação e Justificação

A escolha deste tema teve por base o interesse do autor sobre a temática da proteção e socorro. Com a escolha deste tema pretende-se abordar a empenhamento da CReabSvc nos planos do Exército, para o cumprimento das OMIP, missões que são atribuídas às Forças Armadas (FA) de uma forma geral, como Agente de Proteção Civil (APC), e Exército em particular, acordados com autoridades vocacionadas para a proteção civil.

Este trabalho pretende analisar a disponibilização dos meios humanos e materiais da CReabSvc nessas operações.

### 1.3. Delimitação da Abordagem.

Tendo em conta que a missão da CReabSvc é vasta surgiu uma dificuldade, como orientar a investigação de forma a enquadrar-se no tema. As possibilidades de abordagem eram demasiadas, como tal senti necessidade de reduzir a amostra e a forma como efetuar a recolha de dados. No entanto, decidi analisar o auxílio que a CReabSvc pode fornecer às Autoridades Cíveis, Forças e Serviços de Segurança durante as missões de proteção civil.

### 1.4. Questão Central

A questão central constitui uma das bases da investigação, esta tende a estar relacionada com, *“a preocupação, a irritação, o mal-estar sentido pelo investigador, em relação a um domínio de investigação particular”*(Fortin, 2009, p.62).

A questão central do TIA é: “Qual o contributo das missões executadas pela CReabSvc no apoio às autoridades cíveis, forças e serviços de segurança?”.

### 1.5. Questões de Investigação

As questões de investigação são enunciados interrogativos e precisos, para dirigir a temática a abordar, com o objetivo de obter respostas às novas pesquisas. *“Uma questão de investigação é uma interrogação explícita relativa a um domínio que se deve explorar com vista a obter novas informações”*(Fortin, 2009, p.72). Associadas à questão central, surgem as seguintes questões de investigação:

- Questão 1: Que tarefa executa a CReabSvc em caso de catástrofe natural e calamidade pública?
- Questão 2: Que tarefa executa a CReabSvc em caso de incêndios florestais?
- Questão 3: Qual a prontidão operacional da CReabSvc no caso de ser solicitado o seu apoio?
- Questão 4: O Quadro Orgânico de Pessoal e Quadro Orgânico de Material aprovado da CReabSvc adequa-se ao cumprimento das OMIP?
- Questão 5: O Plano Integrado de Treino Operacional adequa-se ao cumprimento das OMIP?

## 1.6. Hipóteses de Investigação

Uma hipótese de investigação expressa a relação previsível entre duas ou mais variáveis, a hipótese refere o problema e o objetivo. *“As hipóteses são geradas a partir da teoria quando o investigador deseja verificar proposições teóricas suscetíveis de terem uma influência ou efeito sobre a prática.”* (Fortin, 2009, p.103).

- Para dar resposta à questão central e às questões de investigação foram levantadas as seguintes hipóteses (H):
- H1: A CReabSvc colabora com a estrutura de proteção civil, disponibilizando os seus meios humanos e materiais, nomeadamente militares, viaturas e tendas;
- H2: A CReabSvc colabora em operações de consolidação e vigilância ativa após rescaldo a incêndios florestal;
- H3: A CReabSvc encontra-se preparada para responder com prontidão e eficácia às solicitações inerentes à missão que lhe for atribuída;
- H4: A CReabSvc está preparada para responder com prontidão e eficácia ao cumprimento das missões de interesse público;
- H5: O treino da CReabSvc enquadra-se apenas no cumprimento das missões intrinsecamente militar não nas OMIP.

## 1.7. Objetivos do Estudo

### 1.7.1. Objetivo geral

Este trabalho irá incidir sobre a CReabSvc da Escola Prática dos Serviços (EPS), com o objetivo principal de construir uma análise do conteúdo das entrevistas recolhidas.

### 1.7.2. Objetivo específico

Como objetivo específico pretende-se:

- Efetuar a análise do quadro legislativo e doutrinário em que se enquadra o tema;
- Determinar a importância da CReabSvc para EPS;

- Identificar as formas de colaboração existente.

## 1.8. Revisão da Literatura

A Revisão bibliográfica é um processo iterativo que permite refinar o tema de pesquisa, identificar problemas de pesquisa, definir e refinar objetivos. “A *revisão da literatura* permite apresentar o estado dos conhecimentos relativos a um problema de investigação” (Fortin, 2009, p.87).

### 1.8.1. Missões de Interesse Público

Numa conferência apresentada por Francisco Proença Garcia, na Universidade do Minho em 03 de Maio de 2000, no XVII colóquio de Relações Internacionais Económicas e Políticas subordinado ao tema “*Política de Defesa Nacional- As Novas Missões das Forças Armadas Portuguesas*”, em que o autor defendia que, a Defesa Nacional (DN) deve criar as condições necessárias de forma a poder dar resposta aos novos riscos e ameaças à segurança, através das várias componentes da DN, por forma, a adequar a estrutura da componente militar às missões que constitucionalmente lhes estão confiadas. Defendeu ainda que ao nível da sua componente militar, “*o país deve preparar-se para o levantamento e sustentação de um Sistema de Forças Nacional (SFN) capaz de satisfazer as missões específicas das Forças Armadas. O SFN que deve ser desenhado e implementado, para além de permitir a defesa do Território Nacional (TN), deve fazer face a 3 grandes tarefas: satisfazer os compromissos internacionais, colaborar em missões de apoio à política externa e em missões de interesse público.* Referindo também que a Defesa Nacional é tratada, “*na 4ª revisão da Constituição da República, decretada pela Assembleia da República através da Lei-Constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro, nos art. 273º a 276º*”. Onde se define que “*às Forças Armadas incumbe a defesa militar da República*”, cabendo, conforme o “*nº 5. do art. 275º*”, a incumbência de “*nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte (...)*”, acrescentando o nº 6., que “*(...) às Forças Armadas podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de proteção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, e em ações de cooperação técnico-militar no âmbito da política*

*nacional de cooperação (...)”. Assim, no plano interno, as Forças Armadas participam no cumprimento de missões de interesse público, mais perto dos cidadãos, aproveitando racionalmente as suas disponibilidades, tirando partido e dando acrescido valor à sua presença ao longo do território nacional e promovendo, também por essa via, uma relação estreita e mutuamente enriquecedora com a sociedade, que passa por ações de proteção civil em situações de calamidade pública, pela salvaguarda do bem-estar das populações, até à preservação do ambiente e do equilíbrio ecológico”. Para Proença Garcia “Como missões de interesse público destacam-se, busca e salvamento, vigilância da ZEE, proteção do ambiente e conservação do património, em situações de catástrofe, colaboração com o SNPC, missões de apoio ao desenvolvimento (obras de engenharia/frentes de trabalho), colaboração com as Forças de Segurança no combate ao contrabando e à droga, prevenção e combate a fogos florestais, abastecimento de água às populações, a participação em projetos de investigação e desenvolvimento e a colaboração com as Universidades”.<sup>1</sup>*

### **1.8.2. Escola Prática de Administração Militar e combate aos incêndios florestais**

No Verão de 2005, altura do ano que devido às elevadas temperaturas as solicitações e participação dos meios humanos e materiais nas operações de rescaldo aos grandes incêndios é mais intensa, “integrado no Plano de Operações “Vulcano Norte 05”, no âmbito das ações de prevenção e vigilância dos incêndios florestais e decorrente da assinatura dum protocolo entre o Comando Operacional das Forças Terrestres e a Direção Geral de Florestas, decorreu na zona da Serra da Lousã uma ação de patrulhamentos e vigilância tendo em vista a prevenção e dissuasão de incêndios florestas. Durante a ativação do plano Vulcano Norte “de 30 de Junho a 30 de Setembro manteve-se um efetivo de cerca de 160 militares provenientes de várias Unidades” (Revista da EPAM, 2005, p.47).

A EPAM, “foi responsável pelas funções reabastecimento, transporte, manutenção e apoio de serviços, e pelo processamento administrativo do pessoal envolvido em toda a operação. Com um efetivo de 1 oficial subalterno, 3 sargentos e 30 praças, o destacamento de apoio de serviços, num regime de rotatividade, prestou o apoio

---

<sup>1</sup> Disponível em [http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\\_txt.asp?id=157](http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=157), no dia 5 de Maio de 2012, às 21h42m.

*envolvendo os seguintes meios: 1 semi-atrelado de 18.000 l de combustíveis, 1 cozinha de campanha, 2 atrelados latrinas, 20 tendas, 1 contentor bar, 3 atrelados de congelação, 2 geradores 48 kva, 2 atrelados de banhos, 1 atrelado lavandaria, 1 padaria de campanha, 3 atrelados de água, 1 auto tanque de água, 9 viaturas táticas pesadas. O atrelado lavandaria garantiu a troca de fardamento e a padaria confeccionou todo o pão necessário à operação. A par da componente operacional, esta ação revestiu-se também dum carácter formativo dado que foi uma oportunidade de testar materiais e pessoal em ambiente de campanha “ (Revista da EPAM, 2005, p.48).*

### **1.8.3. A Companhia de Reabastecimento e Serviços, missão e possibilidades, modo de emprego e recursos**

Em 7 de Agosto de 2007 foi aprovado por despacho de S. Ex<sup>a</sup> o Gen CEME o QOP da CReabSvc, passando a sua missão por primariamente “*garantir o reabastecimento de artigos das classes I, IW, II, III, IV, VI, e VII a uma brigada, e assegurar-lhe o serviço de alimentação, panificação, banhos, latrinas, lavandaria, e alojamento. Encontrando-se deste modo, elementos e meios desta Subunidade colocados em ordem de batalha no BApSvc da BrigInt, e no BApSvc da BrigMec. (...)* Esta Subunidade pode ainda fornecer “*módulos de reabastecimento e serviços de campanha para apoio de uma Força, dentro ou fora do Território Nacional, e assim sendo, empregue em qualquer Unidade, tal como, acontece com o Hospital Cirúrgico Móvel cujo apoio de serviços é garantido pela CReabSvc. Para este efeito, foi a CReabSvc incluída na Força Operacional Permanente do Exército (FOPE) resultante do novo sistema de Forças, que requer um elevado grau de prontidão e mobilidade aos seus elementos e meios, bem como disponibilidade para ser projetada e empregue. (...) Tem ainda a possibilidade de explorar recursos através de serviços limitados de compras em campanha, de obter, armazenar, e distribuir os abastecimentos necessários a uma Força, e de apoiar as populações em situações de catástrofe*” (Machado, 2009, pp. 26 a 28).

Relativamente ao modo emprego, “*visualizando o seu enquadramento funcional nas FApGer, sabendo que é a única Subunidade do Exército com tarefas de apoio logístico, (...) o alcance da missão da CReabSvc se estende a todo o Exército Português. E a comprovar que a missão atribuída saltou eficazmente para o terreno, a CReabSvc tem participado nos exercícios ORION do COp, DRAGÃO da BrigInt, ROSA BRAVA da BrigMec, e APOLO da BrigRR, bem como tem apoiado, entre outros, praticamente todos*

*os exercícios da AM, todas as semanas de campo dos cursos de formação de praças do RA5, exercícios de campo em aprontamento de FND's, inúmeras atividades militares por todo o país, e logicamente as atividades da esfera de atuação da sua casa mãe, a EPS. Este modo de emprego da Companhia, denominado de modular, e até de pendular, exige uma grande capacidade de adaptação e flexibilidade dos equipamentos, homens, e doutrina, sem o qual seria difícil garantir a eficiência do apoio logístico Efetuar treino operacional integrado, ora na BrigMec com vocação para o poder de fogo, choque e proteção, o que implica a sustentação de meios pesados, ora na BrigInt com meios mais ligeiros e portanto com grande mobilidade, corresponde a um planeamento de atividades diferenciado e ajustado, sob pena de se tornar menos económico e eficiente em qualquer dos casos. Por sua vez, a observância do princípio da economia de Task Forces tendo em vista a conquista de objetivos específicos, implica também a integração de uma capacidade logística pré-definida, suficiente, e ao mesmo tempo proporcional ao efetivo a apoiar numa lógica de sincronização” (Idem).*

No que concerne aos recursos, à data de 2007, a CReabSvc ainda não tinha um QOM, facto que limitava a “realização de estudos e planos necessários para a Subunidade. Mas o facto de ao número e volume de atividades realizadas não corresponder para já a existência de equipamentos em proporção, torna escasso o parque da Companhia penalizando bastante aos materiais que estão em atividades, e obriga consequentemente a um esforço de manutenção muito elevado, dispendioso, e difícil para a EPS, necessário no entanto à manutenção da sua operacionalidade. (...) Inserida organicamente no Batalhão de Serviços e Apoio à Formação (BSAF) da EPS, a CReabSvc é guarnecida por militares que, não corresponde á totalidade do efetivo previsto, têm executado a totalidade das missões atribuídas. A existência de planos de treino nas vertentes técnicas e tática focados nas tarefas essenciais e mais críticas, a enorme experiência adquirida nas muitas atividades desenvolvidas, e a entrega claríssima dos seus elementos, são os agentes que desenvolvem e mantêm as capacidades militares individuais e coletivas num patamar de qualidade elevado e reconhecido. Tem isto sido exposto na frequente projeção da Companhia para exercícios e apoios logísticos a atividades militares, espalhando conhecimento e recolhendo louvores, pondo sempre em evidência o saber que alberga. E deste modo, fazendo uso da sua veia escolar, tem recebido frequentemente solicitações de outras Unidades para a formação em aprontamento para Forças Nacionais Destacadas nas áreas do reabastecimento e do apoio de serviços. Nesta Companhia, onde o treino operacional e os incidentes em

*exercícios são reais, encontra-se o estímulo e o desafio que habitualmente se processa para as Forças de Manobra. A nobreza da sua missão, e o papel que desempenha na EPS e em especial no serviço de Administração Militar exige aos seus militares sacrifício e esforço, mas devolve formação, pois a CReabSvc também é uma escola” (Ibidem). Entretanto, recentemente foi aprovado, foi aprovado um novo QOP com a seguinte missão, “Garantir os serviços de campanha às forças empenhadas em todo o espectro das operações militares, no âmbito nacional ou internacional. À ordem reforçar ou recompletar a Companhia de Reabastecimento e Transportes do Batalhão de Apoio de Serviços orgânico de uma Brigada”<sup>2</sup>.*

### 1.9. Quadro de Referência

Para Fortin (2009, p. 114) o quadro de referência *“pode ser definido como uma estrutura formada por uma ou várias teorias ou conceitos, que são reunidos em conjunto, devido às relações que eles têm com o problema de investigação a definir”, servindo de base à “formulação do problema de investigação” e estabelecendo o modo como conduziremos o estudo, permitindo desta forma orientar-nos na direção pretendida e ligar “o tema de estudo ao estado atual dos conhecimentos” (idem, p. 114).*

Durante a elaboração do trabalho surgiu a necessidade de consultar vários documentos de referência essenciais para a concretização do mesmo, porém, os quadros legais de referência foram, a LOE e LBPC.

### 1.10. Síntese dos Capítulos do TIA

Este TIA é composto pelo presente capítulo destinado ao enquadramento e apresentação do trabalho e por mais duas partes, subdivididas em seis capítulos. Procura-se dar resposta às questões e hipótese levantadas através do estudo da temática apresentada, tendo por base um método científico. A parte teórica é constituída por três capítulos que servem de suporte ao trabalho de campo realizado. O capítulo 2 retrata o sistema da Proteção Civil, enquadrando as FA, as Forças e Serviços de Segurança (FSS) e Estrutura da Proteção Civil, o capítulo 3 enquadra o Exército como um ramo das FA, identificando

---

<sup>2</sup> Quadro Orgânico 08.06.71.Aprovado por despacho do General CEME em 07 de Novembro de 2011.



as operações realizadas para cumprir estes acordos, o capítulo 4 é dedicado à CReabSvc. A parte prática versa sobre a componente prática do trabalho, articulando-se em dois capítulos, o capítulo 5 em que é apresentado e descrito o trabalho de campo e metodologia de investigação, o capítulo 6, com a Apresentação, Estudo e Discussão dos resultados. Por último, o capítulo 7, com as conclusões a que se conseguiu chegar, bem como com algumas recomendações para estudos futuros. A estrutura deste trabalho é esquematizada pela Ilustração 1.

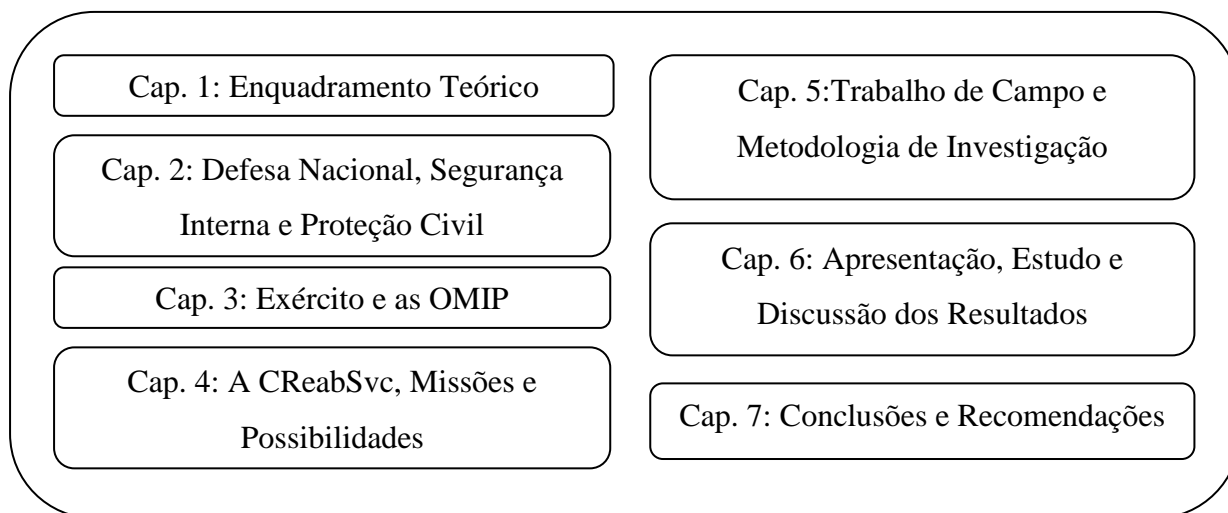


Ilustração 1: Estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada

## **Capítulo 2**

### **Defesa Nacional, Segurança Interna e Proteção Civil**

#### **2.1. Introdução**

Este capítulo constitui a parte do suporte teórico que permite justificar e compreender os fundamentos deste trabalho. De forma sistematizada, pretende-se definir alguns conceitos que se julgam importantes para o enquadramento das FA, FSS e as autoridades que integram a estrutura da Proteção Civil, no âmbito das operações relacionadas com a proteção e socorro, ou seja, as componentes da defesa nacional, segurança interna e a proteção civil.

#### **2.2. As Forças Armadas**

Em Portugal, o quadro legal prevê a participação das FA, em missões de natureza não militar, desde que estas não interfiram com a sua missão principal, ou seja, a defesa militar do território nacional. Neste sentido, a CRP e diversos quadros legais existentes estabelecem para as FA, a realização de outras missões, isto é, missões, que a Marinha, o Exército e a Força Aérea podem contribuir com as capacidades e meios do Sistema de Forças Nacionais (SFN).<sup>3</sup>

Tendo por base, a CRP, e outros quadros legais, as FA integram CNPC, através de representantes do EMGFA, junto dos CCOD<sup>4</sup>, colaborando com esta estrutura, em diversas áreas. Nesse sentido, as FA podem atuar em caso de acidente grave, catástrofe e calamidade, ações relacionadas com a proteção ambiental, intervenção, prevenção e rescaldo, incêndios florestais, vigilância e fiscalização da Zona Económica Exclusiva e ainda realizar ações de busca e salvamento.

##### **2.2.1. Constituição da República Portuguesa**

---

<sup>3</sup> Ver Anexo A.

<sup>4</sup> Ver Anexo B.

De acordo com a CRP, para além da defesa militar da República, incumbe às FA, *“colaborar em missões de proteção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações”*<sup>5</sup>.

### **2.2.2. Conceito Estratégico da Defesa Nacional**

De acordo com CEDN, as FA deverão ter, para o desempenho das suas missões, *“capacidade de, sem prejuízo das missões de natureza intrinsecamente militar, realizar outras missões de interesse público, nomeadamente (...) apoio à proteção civil e auxílio às populações em situação de catástrofe ou calamidade”*<sup>6</sup>.

### **2.2.3. Lei de Defesa Nacional**

A LDN, refere que nos *“termos da Constituição e da lei, incumbe às Forças Armadas colaborar em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações”*.<sup>7</sup>

### **2.2.4. Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas**

A LOBOFA, estabelece que *“Incumbe às Forças Armadas colaborar em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações”*.<sup>8</sup>

### **2.2.5. Lei Orgânica do Estado Maior General das Forças Armadas**

De acordo com a LOEMGFA, o Comando Operacional Conjunto (COC) do EMGFA, tem como atribuições *“assegurar a ligação com as forças de segurança e outros organismos do Estado relacionados com a segurança e defesa e a proteção civil”*, bem como *“planear e coordenar o emprego das forças e meios do Sistema de Forças Nacional*

---

<sup>5</sup> Cfr. n.º 6 do Art.º 275 da CRP( Revisão Constitucional).

<sup>6</sup> Cfr. n.º 8.2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, de 20 de Janeiro, CEDN.

<sup>7</sup> Cfr. n.º 1 do Art.º 4.º da Lei Orgânica n.º 31-A/2009 de 7 de Julho.

<sup>8</sup> Cfr. n.º 1 do Art.º 4.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009 de 7 de Julho.

*em ações de proteção civil*”<sup>9</sup>. Para estes efeitos, “o COC articula-se funcionalmente e em permanência”<sup>10</sup>, com o Comando das Forças Terrestre (CFT). Cabe ao Estado-Maior do COC a atribuição de “definir as condições de emprego de forças e meios afetos à componente operacional do Sistema de Forças Nacional para o cumprimento de missões de proteção civil, de tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações e de outras missões de interesse público”.<sup>11</sup>

É missão do Centro de Situação e Operações Conjunto (CSOC), do COC, “garantir o acompanhamento do empenhamento das forças e meios das Forças Armadas no cumprimento de missões de proteção civil, de tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações e de outras missões de interesse público”.<sup>12</sup>

#### **2.2.6. Lei de Bases da Proteção Civil**

A LBPC atribui às FA estatuto de Agentes de Proteção Civil, tal como os Corpos de Bombeiros, as Forças de Seguranças, a Autoridades Marítima e Aeronáutica, o INEM e demais serviços de saúde e os sapadores florestais<sup>13</sup>. Entretanto, o mesmo diploma, estabelece que “as FA colaboram, no âmbito das suas missões específicas, em funções de proteção civil”,<sup>14</sup> e o número 53 especifica quais as entidades que podem solicitar a sua colaboração, formas de colaboração e condições do seu emprego.

Neste sentido, a LBPC no seu artigo 54.º estabelece as missões específicas para as quais as FA, pode colaborar com as suas valências:

- Ações de prevenção, auxílio no combate e rescaldo em incêndios;  
Reforço de pessoal civil nos campos da salubridade e da saúde, em especial na hospitalização e evacuação de feridos e doentes;
- Ações de busca e salvamento;
- Disponibilização de equipamentos e de apoio logístico para as operações;
- Reabilitação de infraestruturas;

---

<sup>9</sup> Cfr. nº 2 do Art.º 14.º do Decreto-Lei nº 234/2009, de 15 de Setembro.

<sup>10</sup> Cfr. nº 3 do Art.º 14.º do Decreto-Lei nº 234/2009, de 15 de Setembro.

<sup>11</sup> Cfr. alínea f) do nº 4.º do Art.º 14º do Decreto-Lei nº 234/2009, de 15 de Setembro.

<sup>12</sup> Cfr. nº 1 do Art.º 18º do Decreto-Lei nº 234/2009, de 15 de Setembro.

<sup>13</sup> Cfr. Art.º 46.º do Decreto-Lei nº 27/2006 de 3 de Julho.

<sup>14</sup> Cfr. Art.º 52.º do Decreto-Lei nº 27/2006 de 3 de Julho.

– Execução de reconhecimento terrestres, aéreos e marítimos, e prestação de apoio em comunicações.

Para além dos compromissos já referidos, também foram definidas duas formas de apoio possíveis<sup>15</sup>. Por um lado, apoio programado, de acordo com o previsto nos programas e planos de emergência previamente elaborados, após parecer favorável das FA, havendo, para tanto, um oficial de ligação integrado nos Centros de Coordenação Operacional (CCO). Por outro lado, apoio não programado, de acordo com a disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares, cabendo ao EMGFA a determinação das possibilidades de apoio e a coordenação das ações a desenvolver em resposta às solicitações apresentadas.

### 2.3. Forças e Serviços de Segurança

Com este subtítulo, pretende-se descortinar a temática, para isto, nada melhor do que está citação *“num país de recursos limitados, é desejável e racional que as Forças Armadas cooperem, complementem e reforcem as Forças e os Serviços de Segurança e outros agentes de proteção civil, rentabilizando estruturas e evitando a sobreposição e consequente dispersão de recursos”* (Silva, 2011, p.184). Tomando como referência, *“a experiência da Madeira demonstra a necessidade de as Forças Armadas colaborarem com as Forças e Serviços de Segurança durante as missões de proteção civil, nomeadamente durante as ações de busca, salvamento e patrulhamento”* (Idem). Sendo *“forças de segurança as organizações que têm como missão proteger e garantir a lei, a ordem e a segurança pública, num estado”* (Ramalho, 2011, p.163).

Por outro lado, *“A Segurança Interna tem como fim a Segurança Nacional pois visa garantir o cumprimento das leis e o respeito pelos direitos dos cidadãos no tocante à vida interna da coletividade nacional, adotando para isso as medidas necessárias contra ameaças internas e internacionais com reflexo interno”* (Alves, 2003, p.2).

Para definir a segurança interna nada melhor que Lei de Segurança Interna (LSI), mas é importante referir que a LSI, segundo a mesma, segurança interna é *“a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o*

---

<sup>15</sup> Cfr. Art.º 58.º do Decreto-Lei n.º 27/2006 de 3 de Julho.

*normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais e o respeito pela legalidade democrática”.*<sup>16</sup>

Com a reforma de 2008 foram contemplados mais três níveis para os quais o domínio da segurança interna deve hoje virar-se que são eles: a proteção e socorro, o ambiente e a saúde. A proteção e socorro visa, prevenir e reagir a acidentes graves ou catástrofes, o ambiente “*defender o ambiente*”, e a saúde, “*preservar a saúde pública*”.

Exercem funções de segurança interna, a Guarda Nacional Republicana (GNR), Polícia de Segurança Pública (PSP), Polícia Judiciária (PJ), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), e o Serviço de Informações de Segurança (SIS). Como as fronteiras entre Segurança Externa, Segurança Interna e Proteção Civil são muito difusas, criaram-se condições para uma ação supletiva das FA nos domínios da segurança Interna quer nos Estados de Sítio e de Emergência quer da Proteção Civil, através do Sistema Integrado de Gestão de Crises (SIGC). Nesta componente, “*poder-se-á fazer referência à GNR que se apresenta como Força de “charneira” entre o MDN e o MAI. A natureza da GNR e as suas características são uma mais-valia e elementos que se consideram fundamentais, quanto a um possível apoio às FA, pela facilidade de entrosamento resultante da sua organização e treino*” (Silvério, 2008, p.92).

A FSS são instituições ao serviço das populações, que têm como missão, proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada, a corrupção e o tráfico de drogas, a sabotagem e a espionagem, a prevenir e reagir a acidentes graves ou catástrofes, a defender o ambiente e a preservar a saúde pública.

Entretanto, em situações extremas, as FA podem desempenhar funções de segurança interna, situações que exigem que as diversas estruturas estejam coordenadas para desempenhar as tarefas e melhorar a articulação das FA com as componentes não militares de segurança nacional <sup>17</sup>.

## **2.4. Sistemas Concorrentes de Proteção e Segurança**

*“As sociedades modernas são caracterizadas. (...) Pela diversidade de ameaças terroristas, pela proliferação de acidentes graves como sejam os desastres, as catástrofes, as calamidades naturais, as situações de fome, as doenças epidémicas e os problemas*

---

<sup>16</sup> Cfr. Art.º 1.º Decreto-Lei n.º Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto.

<sup>17</sup> Cfr. Art.º 35.º Decreto-Lei n.º Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto.

*ambientais. Estes acidentes têm aumentado os focos de instabilidade e violência no mundo e conduzem à rutura tradicional que identificava a Defesa Nacional com a Defesa Militar, abarcando-se agora, áreas mais abrangentes e diversificadas de resposta, que se querem oportunas e proficientes*” (Silvério, 2008, p.93). Sistemas são “conjunto de órgãos e organismos com funções diferenciadas que convergem em finalidades comuns” (Idem). Integram os Sistemas Concorrentes de Proteção e Segurança, Sistema Nacional do Planeamento Civil de Emergência (SNPCE), Sistema de Segurança Interna (SSI), Sistema de Investigação Criminal (SIC), Sistema de Informação da República Portuguesa, Sistema Nacional da Proteção Civil (SNPC), Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS) e os Sistema Locais. Para enquadrar o tema, só serão abordados, SNPC, SIOPS e os Sistemas Locais.

O SNPC, a primeira Lei de Bases da Proteção Civil (LBPC) foi publicada em 1991, onde esta surge como sendo, “a atividade desenvolvida por o Estado e pelos cidadãos com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave, catástrofe ou calamidade, de origem natural ou tecnológica, e de atenuar os seus efeitos e socorrer as pessoas em perigo, quando aquelas situações ocorrem”<sup>18</sup>. O SIOPS é “conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes da proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional”<sup>19</sup>.

A atual estrutura da Proteção Civil deriva da LBPC, aprovada pela Lei n.º 27/2006 de 3 de Julho. Este quadro legal é o principal documento normativo orientador e balizador da proteção civil em Portugal, e que a caracteriza por ser uma estrutura, com o objetivo de prevenir e atenuar os riscos coletivos e, em caso de ocorrência de acidente grave ou de catástrofe, limitar os seus efeitos.

Porém, a nova LBPC, define a proteção civil “como a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorrerem”<sup>20</sup>.

Entretanto, com a necessidade de um serviço no âmbito do planeamento, coordenação e execução da política da Proteção Civil, reestruturou-se o Serviço Nacional de

---

<sup>18</sup> Cfr. Art.º 1 Decreto-Lei n.º 113/91 de 29 de Agosto.

<sup>19</sup> Cfr. Art.º 1.º Decreto-Lei n.º 134/2006 de 25 de Julho.

<sup>20</sup> Cfr. Art.º 1.º Decreto-Lei n.º 27/2006 de 3 de Julho.

Bombeiros e Proteção Civil (SNBPC), que passou a designar Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)<sup>21</sup>.

A estrutura da proteção civil está organizada em política e operacional<sup>22</sup>. Para o enquadramento político, são definidos órgãos de coordenação e execução. Os órgãos de direção política estão representados em níveis, nacional, distrital e municipal e integra a ANPC e APC. Como órgãos para coordenação estão estabelecidas, a Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC)<sup>23</sup>, a Comissão Distrital de Proteção Civil (CDPC)<sup>24</sup>, e a Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC)<sup>25</sup>.

O Comando Operacional das operações de socorro, ao nível nacional, é garantido pelo Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS), ao nível regional, pelos Comandos Distritais de Operação de Socorro (CDOS) e ao nível municipal, pelo Comandante Operacional Municipal (COM).

Contudo, no âmbito municipal, o enquadramento institucional e operacional foi reforçado pela Lei n.º 65/2007 e foi estabelecida a organização dos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC) e determinadas as competências do Comandante Operacional Municipal (COM)<sup>26</sup>.

Associado ao novo conceito de proteção civil, surgem as definições de acidente grave e de catástrofe, em detrimento do conceito de calamidade que também constava na legislação anterior. Acidente grave, ”acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, suscetível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente”<sup>27</sup>. A Catástrofe ”é o acidente grave ou série de acidentes graves suscetíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afetando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico em áreas ou na totalidade do território nacional”<sup>28</sup>. Na atual legislação a situação de calamidade pode ser declarada nas duas situações anterior. Entretanto, estabeleceu-se, a possibilidade dos órgãos competentes<sup>29</sup>, consoante a natureza dos acontecimentos a prevenir ou enfrentar e a gravidade e extensão dos seus efeitos atuais ou potenciais, declararem as seguintes situações, hierarquizadas em função da gravidade, situações de alerta, contingência e

---

<sup>21</sup> Cfr. Art.º 16 Decreto-Lei n.º 203/2006 de 25 de Outubro.

<sup>22</sup> Ver Apêndice B.

<sup>23</sup> Cfr. Art.º 37 Decreto-Lei n.º 27/2006 de 3 de Julho.

<sup>24</sup> Cfr. Art.º 38 Decreto-Lei n.º 27/2006 de 3 de Julho.

<sup>25</sup> Cfr. Art.º 39 Decreto-Lei n.º 27/2006 de 3 de Julho.

<sup>26</sup> Cfr. Art.º 1 Decreto-Lei n.º 65/2007 de 12 de Novembro.

<sup>27</sup> Cfr. Art.º 3.º Decreto-Lei n.º 27/2006 de 3 de Julho

<sup>28</sup> Idem

<sup>29</sup> Governo ou Presidentes das Câmaras.



calamidade. A situação de alerta<sup>30</sup>, onde se incluem medidas preventivas ou especiais de reação a acidentes graves ou catástrofe, cabe ao Presidente da Câmara Municipal no seu Município. A situação de contingência<sup>31</sup> inclui medidas preventivas ou especiais de reação não mobilizáveis no âmbito municipal, era da competência do Governador Civil<sup>32</sup>, que após a audição dos Municípios abrangidos, declarava a situação de contingência. Atualmente cabe aos CDOS, mas, caso seja necessário declarar a situação de contingência para o Território Nacional (TN) ou parte, a responsabilidade recai sobre o Ministro da Administração Interna. Por último, a situação de calamidade<sup>33</sup>, inclui medidas de carácter excecional destinadas a prevenir, reagir ou repor a normalidade das condições de vida nas áreas atingidas pelos seus efeitos. A declaração é da responsabilidade do Governo, através de uma Resolução do Conselho de Ministros (RCM).

## 2.5. Síntese do Capítulo

Neste capítulo fez-se a análise dos quadros legais existentes, ao nível das FA, FSS e Sistema Concorrentes de Proteção e Socorro, identificando a forma como as diferentes estruturas se articulam quando chamadas a colaborar em nestas missões.

Em suma, estas abordagens permite-nos reconhecer que as FA, na sua função de APC, com o seu potencial de meios materiais e humanos, experiência acumulada em diversas áreas, acrescentam valor à estrutura de proteção civil.

---

<sup>30</sup> Cfr. Art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 27/2006 de 3 de Julho.

<sup>31</sup> Cfr. Art.º 16.º do Decreto-Lei n.º 27/2006 de 3 de Julho.

<sup>32</sup> O XIX Governo Constitucional extinguiu os Governos Cíveis em 8 de Setembro de 2011, passando as suas competências, em matéria de proteção civil, para os CDOS.

<sup>33</sup> Cfr. Art.º 19.º do Decreto-Lei n.º 27/2006 de 3 de Julho.

## **Capítulo 3**

### **Exército e as Outras Missões Interesse Público**

#### **3.1. Introdução**

Neste capítulo são apresentados aos leitores os planos de emergência existentes ao nível do Exército, de forma a explicar, as principais atividades levadas a cabo por este ramo para o cumprimento da missão atribuída no âmbito das OMIP.

#### **3.2. Enquadramento Legal**

Em termos doutrinariamente, de enquadramento legal “*A missão Constitucional do Exército orienta-se segundo três linhas de ação*” (Ramalho, 2009, p.372):

- *Executar operações terrestres no quadro da defesa integrada do Território Nacional;*
- *Contribuir para a execução da Política Externa, nomeadamente, na prevenção de conflitos, na realização de missões de manutenção da paz e de ajuda humanitária, na proteção e evacuação de cidadãos nacionais e na Cooperação Técnico Militar com os Países de Língua Oficial Portuguesa, em África e em Timor-Leste;*
- *Cumprir Outras Missões de Interesse Público”.*

Focalizando nesta última, que é objetivo da nossa investigação, em que o Exército vem participando, quando solicitado, é importante que sejam assegurados dois pontos importantes, nomeadamente que o cumprimento das suas missões essenciais não sejam afetadas e que seja mantida a cadeia de comando<sup>34</sup>. No entanto, para o cumprimento destas missões, o Exército utiliza os meios gerados para missões intrinsecamente militares, demonstrando a sua capacidade de “duplo-uso”<sup>35</sup>. Este tipo de missões são importantes,

---

<sup>34</sup> A força que participa nas OMIP deve ser comando por militar.

<sup>35</sup> O conceito de duplo uso baseia-se no emprego dos meios das FA no serviço público militar e no serviço público não militar, compatibilizando, em conformidade com o ordenamento constitucional e legal em vigor, o cumprimento das tarefas de serviço público militar com as tarefas do serviço público não militar, potenciando sinergias, assentes na racionalização e complementaridade dos meios e da sua logística.

uma vez que para além de ajudarem as entidades envolvidas e as próprias populações em situações adversas, contribuem para a visibilidade do Exército, diminuindo a imagem negativa que parte da sociedade tem, através da colocação ao serviço do país dos seus meios humanos e materiais que pertencem à sua estrutura operacional.

O Exército, como ramo das FA, tem vindo a contribuir, igualmente, para execução dessas missões. Para além dos quadros legais já referidos, na LOE, no conjunto das missões atribuídas ao Exército, constam as missões de proteção civil:

- Participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faz parte;
- Participar nas missões no exterior do território nacional, num quadro autónomo ou multinacional, destinadas a garantir a salvaguarda da vida e dos interesses dos portugueses;
- Executar as ações de cooperação técnico-militar nos projetos em que seja constituído como entidade primariamente responsável, conforme respetivos programas quadro;
- Participar na cooperação das Forças Armadas com as forças e serviços de segurança, nos termos previstos no artigo 26.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de Julho;
- Colaborar em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações<sup>36</sup>.

### 3.3. O Exército como Agente da Proteção Civil

Para o Exército, considerando as características climáticas do Território Nacional, continua a ser necessário, face à experiência adquirida no emprego dos meios do Exército, a manutenção de planos que prevejam e regulem o apoio deste ramo em situações de acidente grave, catástrofe, ou calamidade, nomeadamente em casos de eventuais situações de cheias e incêndios florestais. *“O Exército não tem no seu dispositivo estruturas específicas vocacionadas, em exclusivo, para intervir em ações de proteção civil”* (Henriques, 2009, p.16). Neste ramo existem três níveis de intervenção, em que o primeiro nível está centrado no CFT e engloba as três Brigadas, BrigInt, BrigMec, BrigRR e os

---

<sup>36</sup> Cfr. Art.º 2.º Decreto-Lei n.º 231/2009 de 15 de Setembro.

comandos das, Zona Militar dos Açores (ZMA) e Zona Militar da Madeira (ZMM). O segundo nível engloba as Forças de Apoio Geral (FAPGer), divididas pelas seguintes áreas funcionais:

- Engenharia Militar: Companhias de Engenharia de Apoio Geral, Companhia de Defesa NBQ e Companhia de Pontes;
- Transporte: Companhia de Transportes;
- Saúde: Hospital de Campanha (HCamp);
- Serviços: CReabSvc;
- Comunicações: Companhia de Transmissões de Apoio;
- Defesa Biológica: Laboratório de Defesa Biológica.

Finalmente, o terceiro nível envolve a Estrutura Base do Exército (EBE), em que todas as Unidades têm uma área de responsabilidade atribuída.

No entanto, no âmbito das OMIP e enquanto APC, existem planos de emergência que materializam a colaboração com vários organismos da sociedade civil. Como exemplos, temos os Planos Vulcano, Lira, Aluvião e Célula.

### **3.3.1. Plano de Operações Vulcano**

O Plano de Operações Vulcano,<sup>37</sup> contempla o apoio à prevenção, vigilância, deteção e combate em primeira intervenção aos incêndios florestais, no sentido de responder às solicitações da Autoridade Florestal Nacional (AFN)<sup>38</sup>. O apoio à AFN tem ação rápida e incisiva nos primeiros momentos do incêndio, desenvolvidas pelas equipas de Sapadores do Exército para a Defesa da Floresta Contra Incêndios (SEDFCI), sendo as forças constituídas possuidoras de formação específica para o desempenho desta atividade. (Batalha, 2011, p. 167)

Este plano prevê o emprego de meios do Exército, através da realização de duas ações. Por um lado, beneficiação de infraestruturas, nomeadamente reparação de caminhos e limpeza de aceiros, através do empenhamento de meios da Engenharia Militar, no âmbito da prevenção aos incêndios florestais. Por outro, vigilância móvel e combate ao fogo em primeira intervenção, considerada como ação preventiva contra incêndios florestais, tendo

---

<sup>37</sup> Ver Anexo C.

<sup>38</sup> A AFN está na dependência do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território.

em vista uma ação rápida e incisiva nos primeiros momentos do incêndio, através da atuação de equipas de SEDFCI.<sup>39</sup>

### 3.3.2. Plano de Operações Lira

O Plano de Operações Lira enquadra o apoio que o Exército poderá prestar em situações adversas, como por exemplo, acidentes graves, catástrofe natural com origem em incêndios florestais. Este plano, materializa o acordo estabelecido entre este ramo das FA e a ANPC. Neste sentido, o Exército tem em permanente alerta as suas Unidades com áreas de responsabilidade perfeitamente definidas. Quando forem empregues as Unidades estão vocacionadas para efetuar ações tendentes a minimizar os efeitos dos incêndios florestais e, ainda, outras ações relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações, para as quais tenha capacidade e se enquadrem nos parâmetros definidos. Ainda neste âmbito, está acordado que poderá ser efetuada a colaboração e apoio logístico às cooperações de bombeiros em operações de rescaldo, serviços florestais, serviços de proteção civil e a outros elementos ou forças empenhados nas ações de combate aos incêndios. Esse apoio logístico, materializa-se em apoio de alimentação, transporte, abastecimento de água às populações carenciadas ou a Unidades empenhadas no combate a incêndios, compreendendo também a disponibilização de infraestruturas e apoio em material diverso. Acresce, ainda, o emprego de meios de Engenharia Militar em operações de rescaldo ou de combate indireto a incêndios, defesa de aglomerados populacionais na cooperação e reabilitação de infraestruturas danificadas pelos incêndios.

### 3.3.3. Plano de Operações Aluvião

Com o Plano de Aluvião está acordado que o Exército, através das suas Unidades nas respetiva área de responsabilidade, “*colabora, a pedido com a estrutura de Proteção Civil em casos de eventuais situações de cheias, nomeadamente nas ações de busca e salvamento, garantia da mobilidade das populações, e no apoio logístico aos vários Agentes de Proteção Civil*”.<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> As SEDFCI atuam principalmente em matas nacionais, perímetros florestais ou áreas protegidas.

<sup>40</sup> Cfr. CID- Plano de Operações Aluvião 2010\_2011. Évora: CID.

Neste âmbito o Exército, realiza diversas ações de colaboração de proteção civil, nomeadamente:

- Ações de busca e salvamento terrestre de pessoas e bens.
- Disponibilização de meios de transporte, transposição e de esgotamento de águas, de instalações para alojamento de emergência.
- Distribuição de alimentação e/ou géneros alimentares e abastecimento de água.
- Apoio em material de aquartelamento, tendas de campanha, geradores, depósitos de água.
- Reforço do pessoal civil nos campos da salubridade e da saúde.
- Apoio sanitário de emergência, incluindo evacuação terrestre de sinistrados.
- Cooperação na manutenção de itinerários essenciais ao apoio às populações a socorrer, reabilitação de infraestruturas danificadas pelas cheias.

#### **3.3.4. Plano de Operações de Célula**

Em caso de acidentes graves, biológicos ou industriais, o Exército pode disponibilizar os seus ElemDefBQ. Esta colaboração é materializado pelo Plano de Operações Célula, em que o Exército “*disponibiliza capacidades na área da Defesa Biológica e Química à ANPC*” (Batalha, 2011, p. 168). Essas capacidades foram integradas através dos ElemDefBQ criados em 2008 pelo Exército e que agrega, em caso de emprego operacional, numa só entidade, valências que existem no dia-a-dia nos diferentes OCAD. Os ElemDefBQ possuem um grau “*de prontidão que varia entre 2 e 72 horas, 365 dias por ano*” (Henriques, 2009, p.17), conforme a tipologia da força. Na sua constituição possuem para além do comando, cedido pelo CFT, uma equipa de Defesa Biológica, proveniente do Laboratório de Bromatologia e Defesa Biológica, uma equipa de Defesa Biológica e Química, gerada pela Companhia de Defesa NBQ da EPE, um módulo sanitário do HMP, um módulo de segurança do RL2, meios de engenharia do RE1 e, por último, 3 pelotões de apoio fornecidos pelas Brigadas. Desde 2010, integram o Sistema de Defesa Nacional NBQ, da ANPC. Porém, a primeira atuação destes elementos, em prol da saúde pública nacional, aconteceu em Dezembro de 2007, numa quinta alentejana contaminada com agentes biológicos, contribuindo para a eliminação do eventual risco de propagação destes agentes a outras regiões do país.

### 3.3.5. O Hospital de Campanha do Exército para o Apoio a Catástrofes

O HCamp existe atualmente sob a designação de HCM e tem como missão *“Garantir o apoio sanitário avançado de nível Role 2 Enhance a uma Força Nacional a operar num Teatro de Operações ou no âmbito de outras missões de interesse público em situações de emergência ou catástrofe”* (Jorge, 2011, p. 64). A CReabSvc colabora no levantamento dessa força, uma vez que a sua missão *“ não se restringe ao estabelecido no seu QOP, pois também garante serviços, através da cedência de uma secção de alimentação e de uma secção de lavandaria, banhos e latrinas, para constituição do módulo de apoio de serviços do Hospital Cirúrgico Móvel”* (Silveira, 2010, p. 31).

Para dar resposta a uma situação de catástrofe em Território Nacional, o HCamp tem como possibilidades, *“Garantir a prontidão de uma posto de socorros avançado, ou seja uma Equipa de Emergência e Trauma (EET) constituída por um médico, um enfermeiro e um socorrista e de um Grupo de Emergência e Trauma (GET) constituído por duas equipas EET, num prazo de até 6 horas (resposta a emergência). Este GET pode ativar o primeiro módulo do HCamp com capacidades de emergência e um mini bloco operatório”. (...) “Garantir a prontidão de dois GET (quatro EET) num prazo de até 12 horas (resposta a crises), bem como garantir capacidades limitadas de admissão/triagem, laboratório, imagiologia, internamento até 10 camas, comando e apoio de serviços respetivos”. (...) “Garantir a prontidão até 24 horas (resposta base) de capacidades limitadas de receção e triagem de baixas, capacidades de controlo de danos, farmácia/laboratório, Serviços de Observação (SO), imagiologia, internamento até 20 camas, reanimação, evacuação, consulta e tratamento, comando e apoio de serviços respetivo”. (...) “Garantir a prontidão até 72 horas (resposta avançada), com capacidade de admissão, triagem e reanimação, consultas e tratamento, SO, imagiologia, internamento até 40 camas, evacuação, bloco operatório, unidade de tratamento intensivo, comando e apoio de serviços, medicina preventiva e medicina dentária”.*

### 3.4. Síntese do Capítulo

Neste capítulo abordamos os diversos planos que materializam a participação do Exército nas atividades das OMIP. O Exército não possui estruturas específicas vocacionadas para a proteção civil, mas aproveita as capacidades das suas Unidades,

baseando-se na tipologia de duplo uso, que se reflete no aprontamento dos seus meios humanos e materiais, para apoiar a estrutura de proteção civil, nas áreas de Engenharia, transporte, saúde, serviços, comunicações, defesa biológica, entre outras.



## Capítulo 4

### A Companhia de Reabastecimento Serviços, Missão e Possibilidades

#### 4.1. Introdução

O presente capítulo inicia-se com o enquadramento da CReabSvc nas FApGer da Componente Operacional do Sistema de Forças (COSF), posteriormente apresenta-se a sua missão, organização, evolução e implementação territorial, a formação ministrada para o desempenho da missão, e as suas capacidade e valências. Por fim enunciam-se os meios humanos e materiais de que dispõe a companhia.

#### 4.2. O Enquadramento da CReabSvc

A CReabSvc, “*é uma unidade de apoio de serviços vocacionada para apoiar no âmbito das funções logísticas Reabastecimento e Serviço*”<sup>41</sup>, inserida nas FApGer<sup>42</sup> da COSF. A função logística reabastecimento “*compreende o conjunto de atividades que se destinam a fornecer em tempo os abastecimentos de todas as classes, necessários para assegurar a sustentação das forças*” (EME, 2007, p.4-1), e o serviços “*conjunto de atividades logísticas não integradas nas restantes funções logísticas e que visam a vida e o bem-estar dos militares e o apoio a outras funções logísticas*” (EME, 2007, p.4-3). Esta Subunidade possui grande flexibilidade, fruto da sua constituição modular. O “*Módulo é o conjunto de equipamentos e pessoal para os operar, que cumpram determinada tarefa e com uma capacidade pré-definida*” (EME, 2011, p.4).

A FApGer “*são unidades de apoio de combate e de apoio de serviços que asseguram capacidades adicionais às grandes unidades, unidades operacionais e zonas militares, bem como o apoio supletivo às autoridades civis e a flexibilidade para responder a compromissos internacionais específicos*”<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> Quadro Orgânico 08.06.71. Aprovado por despacho do General CEME em 07 de Novembro de 2011.

<sup>42</sup> Ver Anexo D.

<sup>43</sup> Cfr. Art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 231/2009 de 15 de Setembro.

A CReabSvc<sup>44</sup> tem como missão, “*Garantir os serviços de campanha às forças empenhadas em todo o espectro das operações militares, no âmbito nacional ou internacional. À ordem reforçar ou recompletar a Companhia de Reabastecimento e Transportes do Batalhão de Apoio de Serviços orgânico de uma Brigada de acordo com o seu Quadro Orgânico*” (EME, 2011, p.39).

Inerente à sua missão a CReabSvc tem, entre outras, como possibilidades “*participar das diferentes fases de empenhamento dos Planos do Exército no âmbito das Outras Missões de Interesse Público (OMIP), assim como no acionamento dos respetivos meios, quando e na forma que lhe for determinada*”. A CReabSvc está sediada na EPS<sup>45</sup> e está integrada, organicamente, no Batalhão de Serviços e Apoio à Formação (BSAF).

#### 4.3. Capacidades e Valências

A CReabSvc integra o 2º de nível de resposta, no âmbito das OMIP, uma vez que “*complementa e preenche lacunas em todas as áreas de socorro, nomeadamente no que respeita ao fornecimento de água potável, lavandaria, banhos, latrinas e mantimentos, como pão*” (Henriques, 2009: 17).

Referenciando o seu QO, os módulos da CReabSvc possuem as seguintes capacidades<sup>46</sup>:

- Apoiar operações expedicionárias e movimentos táticos conjuntos e combinados em condições de frio ou calor extremos e em operações em praticamente todos os tipos de terreno e sob as mais austeras condições;
- Armazenar cerca de 300 m<sup>3</sup> de Abastecimentos da CI III;
- Produzir diariamente 550 m<sup>3</sup> de água potável (1DOS), de um local de captação de água seguro;
- Transportar diariamente, numa distância total de 90 km, 110 m<sup>3</sup> de Combustível e 400 m<sup>3</sup> de Água;
- Garantir a autodefesa contra ameaças convencionais de escalão esquadra;
- Garantir um nível proteção da força para todo o pessoal e o equipamento orgânico contra a ameaça nuclear, biológica, química e radiológica (NBQR);

---

<sup>44</sup> Ver Anexo E.

<sup>45</sup> Ver Anexo F.

<sup>46</sup> Quadro Orgânico 08.06.71. Aprovado por despacho do General CEME em 07 de Novembro de 2011.

- Executar a manutenção orgânica do seu âmbito ao equipamento e material atribuído.

A CReabSvc possui no seu quadro orgânico um efetivo de 5 oficiais, 39 sargentos e 137 praças, totalizando um total de 181 militares<sup>47</sup>. Os seus militares distribuem-se por serviços sendo constituído por 37 de Administração Militar, 4 de Engenharia, 3 de Material, 3 de Mecânica, 2 de Mecânica Auto, 70 de Serviços, 10 sapadores NBQR, 4 condutores de viatura militar ligeira, 24 condutores de viatura militar pesada, 12 de restauração e 12 de panificação.

Em suma, através da análise do quadro orgânico, aprovado em Novembro de 2011, com o efetivo existente, verifica-se uma lacuna de 12 militares, dos quais 2 são oficiais e 10 são sargentos.<sup>48</sup>

#### 4.4. Formação, Treino e Exercícios Operacionais

Durante os anos de 2007 a 2011, no âmbito dos exercícios e apoios prestados, a CReabSvc esteve envolvida em vários exercícios e apoio conforme a ilustração abaixo.

Ano	N.º de exercícios e apoios		Militares envolvidos
2007	Militares	40	236
	Civis	38	195
2008	Militares	41	195
	Civis	23	118
2009	Militares	39	374
	Civis	13	55
2010	Militares	35	365
	Civis	21	122
2011	Militares	19	137
	Civis	16	115

Ilustração 2: Número de exercícios de apoios prestados pela CReabSvc

Fonte: Anuário da EPS (2007 à 2011)

#### 4.5. Resposta a Situações de Acidente Grave, Catástrofe ou Calamidade

---

<sup>47</sup> Ver Anexo G.

<sup>48</sup> Ver Apêndice B.

#### 4.5.1. Intervenções em Incêndios Florestais

Neste subcapítulo iremos abordar dois Planos de Operações existentes, que enquadram a colaboração do Exército nas missões na área de incêndios florestais. Para o efeito, vamos fazer o enquadramento, dos Planos Vulcano e Lira, contudo, tendo em conta a sua limitação<sup>49</sup>, ressalva-se que os planos são dirigidos à EPS. A EPS recebe o respetivos planos do escalão superior ao qual está hierarquicamente<sup>50</sup> subordinada e enquadra as suas Subunidades. A sua área de responsabilidade da EPS<sup>51</sup> abrange os concelhos da Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e Viana do Castelo.

O Plano de Operações Vulcano prevê intervenção em incêndios florestais, em resposta às solicitações da AFN. Em 2007, 2008 e 2009, no âmbito deste plano, a EPS empenhou a sua equipa de SEDFCI, constituída por 12 militares, 2 Sargentos e 10 Praças em ações de vigilância móvel e combate ao fogo em primeira intervenção na região de Labruge, Ponte de Lima. A sua atuação totalizou cerca de 32120 km tendo sido efetuadas ações de vigilância, patrulhamento, sensibilização das populações, primeira intervenção em incêndios, de rescaldo e outras atividades. Nos últimos dois anos a Unidade deixou de participar neste plano.

Ano	Quilómetros Percorridos
2007	8826
2008	12067
2009	11227
<b>Total</b>	32120

Ilustração 3: Atividades desenvolvidas pela equipa da SEDFCI da EPS

Fonte: Relatório do Plano Vulcano (2007 à 2009)

Através do Plano de Operações Lira, a EPS colabora com estrutura de proteção civil da sua área de responsabilidade, em ações de ordem logísticas com o objetivo de evitar os riscos ou minimizar os efeitos de incêndios florestais. Após receber o respetivo plano do escalão do seu escalão superior, a Unidade enquadra as suas Subunidades e a CREabSvc

<sup>49</sup> A CREabSvc não está organizada para ser empregue como unidade independente.

<sup>50</sup> EPS está hierarquicamente dependente do CID.

<sup>51</sup> Ver Anexo H.

participa com seus meios materiais e humanos<sup>52</sup>. Em termos de empenhamento, o referido plano não foi ativado durante os anos de 2007 à 2009, por na altura existir na Unidade equipas do SEDFCI. Entretanto, nos anos de 2010 e 2011 o empenhamento no âmbito do Plano Lira totalizou cerca de 13454 Km. Os militares da EPS, quando chamados a intervir no âmbito deste plano, colaboram conforme a situação da seguinte forma, por um lado, em ações de ordem logística, auxiliando, as Corporações de Bombeiros, Serviços Florestais, Serviços de Proteção Civil e outros elementos empenhados em ações de combate a incêndios, em tarefas como, operações de rescaldo e vigilância, consolidação e vigilância ativa após rescaldo a incêndios florestais e patrulhamento e vigilância.

Ano	Quilómetros Percorridos
2010	12193
2011	1261
Total	13454

Ilustração 4: Empenhamento dos militares da EPS no âmbito do Plano Lira

Fonte: Relatório do Plano Lira (2010 à 2011)

Entretanto, durante o período de vigência deste plano, também devem ser elaborados relatórios para as mesmas entidades. O relatório inicial é redigido anualmente, até 15 de Abril, a enviar ao CFT com conhecimento do CID. O segundo relatório, o de apoio, deve ser enviado sempre que haja empenhamento de meios, a enviar nas 24 horas seguintes, após o fim do apoio, ao CFT com conhecimento do CID e GabCEME. O relatório mensal é redigido pela unidade e deve ter referência até o último dia do mês, a enviar ao CFT com o conhecimento do CID e GabCEME, até o dia 5 do mês seguinte. Por último, o relatório final a enviar até 10 dias, após finalizado o período de vigência do plano, ao CFT com o conhecimento do CID e GabCEME.

#### 4.5.2. Situações de cheias

As situações de cheias, estão cobertas pelo Plano Aluvião. Neste plano, a EPS tem de prevenção os meios humanos e materiais pré-estabelecidos, tais como meios de transporte, transposição e escoamento de água, e instalações para alojamento de

---

<sup>52</sup> Ver Anexo I.

emergência. Em termos de meios, durante o período da vigência do plano, a Unidade tem permanentemente de prevenção cerca de 22 militares 6 viaturas. Quanto ao alojamento, socorre-se de duas modalidades de ação, por um lado, estão disponíveis 44 tendas insufláveis com capacidade para alojar 535 desalojados, por outro, em função das atividades a decorrer e da proximidade da Unidades, disponibiliza parte das suas instalações fixas. A CReabSvc participa de forma integrada no plano, disponibilizando meios humanos e materiais<sup>53</sup>. Estes meios têm um grau de prontidão variável, consoante o estado de alerta definido pela ANPC. Durante o período de 2007 à 2011 não existiu qualquer solicitação para ativação deste plano.

Em suma, durante o período de vigência deste plano devem ser elaborados relatórios<sup>54</sup>. Isto, para manter o CFT e o CID permanentemente informados sobre a situação do empenhamento das forças. Ao todo, são redigidos quatro relatórios, relatório inicial, apoio, mensal e final. O relatório inicial é redigido anualmente, até 15 de Outubro, a enviar ao CFT com conhecimento do CID. O relatório de apoio deve ser enviado sempre que haja empenhamento da força, a enviar nas 24 horas seguintes após o fim do apoio, ao CFT com conhecimento do CID e GabCEME. O relatório mensal deve ser enviando, até o dia 5 do mês seguinte, ao CFT com o conhecimento do CID e GabCEME, com referência até último dia do mês. Por último, o relatório final a enviar até 10 dias após finalizado o período de vigência do plano, ao CFT com o conhecimento do CID e GabCEME.

#### **4.5.3. Formação e Treino para os Planos**

De acordo com os respetivos Planos, a formação e treino dos militares nomeados ou escalados para o cumprimento destas missões de interesse público, está a cargo das suas subunidades, bem como a preparação, manutenção e conservação dos materiais a serem empenhados, com especial ênfase ao aspeto da segurança.

No que concerne a esta temática, os Planos superiores e os Planos da EPS, não especificam qual ou quais as ações a desenvolverem nesta área, deixando a formação e treino a cargo das subunidades. Por outro lado, a LBPC refere que *“As Forças Armadas promovem as ações de formação e instrução necessárias ao desempenho das suas funções no âmbito da proteção civil, com a colaboração da Autoridade Nacional de Proteção Civil*

---

<sup>53</sup> Ver Anexo I.

<sup>54</sup> Ver Anexo K.

*ou de outras entidades e serviços funcionalmente relevantes, em termos a regulamentar por portaria do Ministro da Defesa Nacional<sup>55</sup>”.*

#### **4.5.4. Autorização da colaboração da Escola Prática dos Serviços**

Relativamente a ativação dos planos, os níveis de alerta são declarados pelo GabCEME e ativados pelo CFT<sup>56</sup>. Em caso de acidente grave, catástrofe ou calamidade, a unidade não atua de forma autónoma, existe um circuito de pedidos para a mobilização dos meios. A colaboração é solicitada pela estrutura de proteção civil e autorizada pelo CEMGFA. Após a decisão, é que são acionados os meios. Contudo, em caso de urgência, o Presidente da Câmara da Municipal da zona sinistrada, pode solicitar a colaboração ao Comandante da Unidade da respetiva área.

Assim, na área da responsabilidade da EPS, são competentes, para esse efeito os Presidentes dos municípios da Póvoa de Varzim, Vila de Conde, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e Viana de Castelo.

#### **4.6. Síntese do Capítulo**

O Plano LIRA é implementado em fases, correspondentes a cinco níveis de alerta declarados pelo Gabinete do CEME e ativados pelo CFT. Níveis de Alerta, Verde, Azul, Amarelo, Laranja e Vermelho.<sup>57</sup> Estes níveis de alerta resultam da avaliação, por parte ANPC, do grau de risco e do rácio entre necessidades e capacidades de resposta distrital e/ou nacional. O Plano ALUVIÃO é implementado em fases, correspondentes a três Níveis de Alerta, ativados pelo CFT, nível amarelo, laranja e vermelho<sup>58</sup>.

Os Níveis de Alerta Especiais são declarados, ao nível da estrutura da proteção civil, pelo CCON e ativados pelo CNOS que informa, através do CDOS, todos os agentes de proteção civil.

---

<sup>55</sup> Cfr. Art.º 55 do Decreto-Lei n.º 27/2006 de 29 de Agosto.

<sup>56</sup> Exerce o comando e controlo das operações de colaboração, nomeadamente no que refere ao balanceamento dos meios ou fazer intervir unidades do SFN.

<sup>57</sup> Ver Anexo J.

<sup>58</sup> Idem.

## Capítulo 5

### Trabalho de Campo e Metodologia de Investigação

#### 5.1. Tipo de Estudo

Este trabalho de investigação está assente no estudo de caso. ” *o método de estudo de caso é especialmente indicado para investigadores isolados, dado que proporciona uma oportunidade para estudar, de uma forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspeto de um problema em pouco espaço de tempo*” (Bell, 1993, p.23). Trata-se de um estudo maioritariamente exploratório, uma vez que procura estudar um tema de pesquisa pouco estudado.

#### 5.2. Amostra

“A amostragem é um procedimento pelo qual um grupo de pessoas de uma população é escolhido, tendo em vista a obtenção de algum tipo de informação” (Fortin, 2009, p. 202). E segundo a mesma autora ”uma população é uma coleção de elementos ou sujeitos que partilham caraterísticas comuns, definidas por um conjunto de critérios”.

Assim, decidiu-se entrevistar uma população alvo constituída pelos oficiais que desempenharam função de comando na CReabSvc durante o período de 2007 á 2011.

A entrevista seguiu um guião onde os entrevistados responderam livremente às questões formuladas, tendo abordado alguns assuntos relacionados com o tema.

Entrevistados	Posto	Nome	Função objeto de estudo
E1	TCor	Santana	Divisão de Planeamento
E2	Capitão	Monteiro	Cmdt da CReabSvc
E3	Tenente	Viriato Carvalho	2º Cmdt da CReabSvc
E4	Tenente	Paixão Carvalho	Cmdt em 2011
E5	Capitão	Silveira	Antigo Cmdt da CReabSvc
E6	Capitão	Machado	Antigo Cmdt da CReabSvc
E7	Capitão	Henriques	Chefe da SOIS

Ilustração 5: Caracterização dos entrevistados

Fonte: Elaboração própria.



### 5.3. Instrumentos

Como instrumentos metodológicos para a realização deste trabalho, optamos por um estudo exploratório, de base bibliográfica, que passou essencialmente pela consulta e revisão de literatura baseada na consulta de livros, relatórios técnicos, e algumas monografias, bem como consulta de legislação nacional.

Segundo Fortin existem três tipos de entrevista (Fortin, 2009, pp. 375-377) “*Entrevista não dirigida*”, “*Entrevista dirigida*” e “*Entrevista semidirigida*”, optamos por uma entrevista semidirigida, já que era nossa intenção que o entrevistado exprimisse “*os seus sentimentos e as suas opiniões sobre o tema tratado*” (idem, p. 377), através de questões abertas, não impondo uma categoria de resposta e sendo estes livres de responder.

### 5.4. Procedimentos

O processo de investigação começou no oitavo Semestre do ano letivo de 2010/2011, altura em que se procedeu à pesquisa bibliográfica necessária para a elaboração do projeto de investigação deste TIA. Para recolha de informação, foi feita uma análise documental que funcionou como ponto de partida de investigação.

Segundo Quivy e Campenhoudt (2008, p. 25) “*descrevem o procedimento como um processo em três atos cuja ordem deve ser respeitada (...) estes três atos são a rutura, a construção e a verificação (ou experimentação)*”.

Estes três “*atos*” descritos por Quivy e Campenhoudt (2008) são aquilo a que chamam “*hierarquia dos atos epistemológicos*” (idem, p. 25), de tal forma que estes interagem nas diferentes etapas da investigação.

A fase de “*rutura*”, que inclui as três primeiras etapas foi para nós a mais complicada, já que foi crucial para o desenvolvimento e progressão da investigação. A escolha da pergunta de partida só “*seria útil se (...) corretamente formulada*” (idem, p. 34), foi o ponto-chave para a elaboração deste trabalho.

Com a questão central elaborada, de forma a orientarmos o nosso estudo, foram feitas questões de investigação e formulamos hipóteses de resposta. Depois desta etapa iniciamos a “*exploração*” do tema, tendo encetado contactos com entidades que achamos poder ter interesse para o desenvolvimento do nosso trabalho.

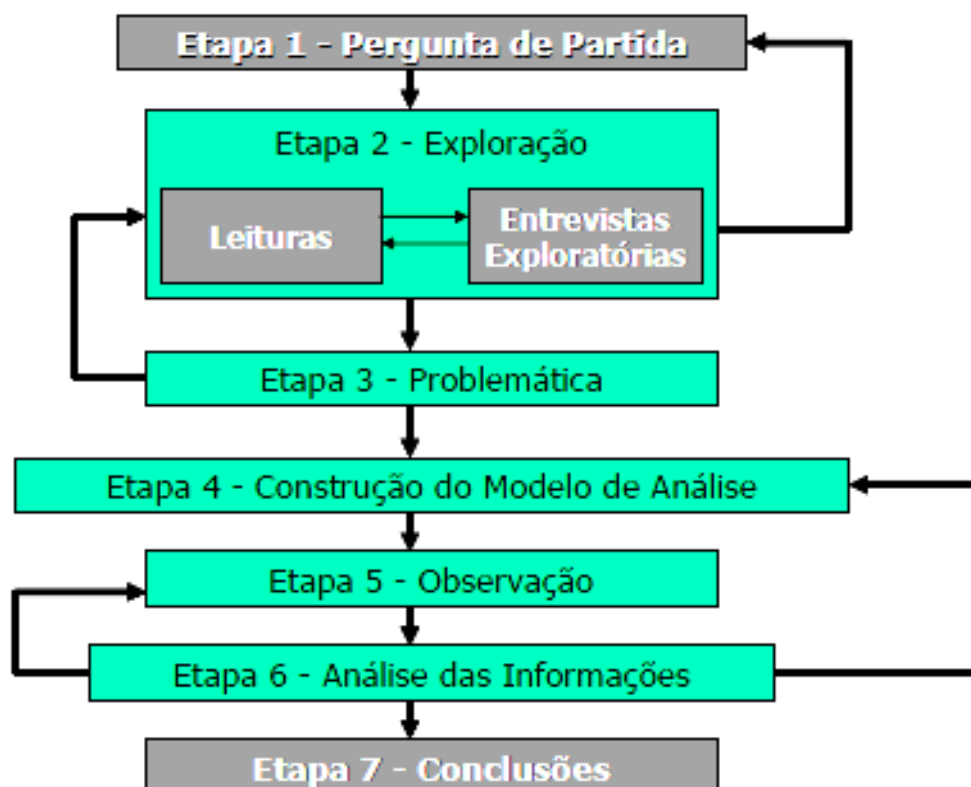


Ilustração 6: Etapas do procedimento científico propostas por Quivy e Campenhoudt

Fonte: Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

## **Capítulo 6**

### **Apresentação, Estudo e Discussão dos Resultados**

#### **6.1. Introdução**

Neste capítulo apresenta-se os resultados das entrevistas, sendo explanadas as principais conclusões e discutidas as respostas obtidas. Entretanto, serão analisadas as diferentes respostas das entrevistas, através da análise do conteúdo das seis questões. Para a apreciação dos resultados das entrevistas foram elaborados quadros com respostas dos diferentes intervenientes, com a respetiva análise de conteúdo e discussão das respostas obtidas.

#### **6.2. Análise das Entrevistas**

Importa agora proceder-se a uma análise de conteúdo das respostas dadas pelos sete entrevistados à entrevista exploratória que foi realizada.

##### **Análise de Conteúdo das Respostas à Questão N.º 1.**

A questão número 1. **”Tendo em conta que o apoio prestado às autoridades civis não é missão principal do Exército mas, face ao atual encargo operacional da CReabSvc, acha que se constituir uma mais-valia o empenhamento da CReabSvc nas OMIP?”**, com esta questão pretendia-se apurar, qual opinião dos entrevistados sobre o empenhamento da CReabSvc nas OMIP. A opinião quanto a esta questão não foi unânime, das sete pessoas entrevistadas, 4 defendem que empenhar a CReabSvc nas OMIP constitui uma mais-valia, argumentando que empenhar os militares nessas missões permite, por um lado, melhorar a opinião que a sociedade civil tem acerca das FA em geral e do Exército em particular, e por outro, aproximar a instituição à sociedade que a acolhe. Porém, os entrevistados que não vêem essas atividades como mais-valia, os entrevistados n.º 1, 2 e 5, o primeiro defende que todos elementos dos APC devem estar preparados. Os entrevistados n.º 2 e 5 defendem a pouca participação como motivo de não ser considerada como uma mais-valia.

Entrevistados	Resposta	Argumentação
Entrevistado N.º 1	Não	Não há mais-valia ou menos-valias todos devem estar preparados de acordo com a sua missão para intervirem nas OMIP, decorrente de outra missão que vai para além da nossa missão principal.
Entrevistado N.º 2	Não	No âmbito dessas duas missões (Plano Lira e Aluvião), não se constituirá como mais-valia; Outros tipos de missão que poderá prestar as entidades civis, estas sim constituirão como uma mais-valia.
Entrevistado N.º 3	Sim	A CReabSvc participa nos planos, Aluvião por causa das cheias e Lira por causa dos incêndios, essas são as grandes missões de interesse público que nós tratamos aqui na EPS, é uma mais-valia.
Entrevistado N.º 4	Sim	A mais-valia para CReabSvc não é em termos de treino operacional e técnico, é acima de tudo melhorar a empatia que as FA e ao Exército em particular têm perante a sociedade civil e a opinião que as pessoas têm, mais-valia em termos de ligação e empatia com a sociedade civil.
Entrevistado N.º 5	Não	Poderia ser, mas a CReabSvc está muito limitada em termos de equipamentos, pois não dispõe de muitos equipamentos previstos em quadro orgânico.
Entrevistado N.º 6	Sim	Acho que constitui uma mais-valia para o Exército, não especificamente para a CReabSvc e desde que este género de apoios não comprometa as atividades militares.
Entrevistado N.º 7	Sim	As capacidades instaladas no seio das FA é grande e a forma de empenhamento dos meios em missões de interesse público são em tudo semelhante ao empenhamento na missão principal. Por outro lado as FA sentem a necessidade de estar mais próximas da sociedade que as acolhe.

Ilustração 7: Análise de resultados das respostas à questão número 1.

### Análise de Conteúdo das Respostas à Questão N.º 2.

Em relação à questão número 2. **“Como classifica o desempenho dos militares no âmbito das OMIP?”**, a opinião quanto a esta questão foi unânime, como se pode constatar na ilustração abaixo. Pelo facto dos militares da CReabSvc operarem com material intendência, adicionando às experiências adquiridas em diversos exercícios e apoios em que participam, quando chamados a colaborar nas operações afeta às OMIP, têm demonstrado uma enorme capacidade de adaptação.

Entrevistados	Resposta	Argumentação
Entrevistado N.º 2	Excelente	Temos uma grande experiência a trabalhar com o material de intendência, o que permite enfrentar com alguma facilidade as missões, apesar das OMIP serem deferentes.
Entrevistado N.º 3	Positivo	O feedback recebido é positivo, os militares ficaram sempre disponíveis; Os bombeiros fazem comentário que gostaram da participação, que a missão foi cumprida da melhor maneira.
Entrevistado N.º 4	Positivo	Sempre que foram chamados demonstraram que temos uma enorme capacidade de adaptação, No plano Lira, a missão do Exército é apenas vigiar, ou seja, vigilância após rescaldo, mas muitas vezes os militares acabam por combater fogo como se fossem um bombeiro e após o fogo estar apagado ficam a montar segurança.
Entrevistado N.º 5	Positivo	A CReabSvc não tem sido constituída como Subunidade nos Planos Lira, Aluvião e Vulcano. A CReabSvc tem cedido viaturas e tendas e alguns militares que participam nestas missões, juntamente com outros militares da EPS, sob coordenação da SOIS/EPS.
Entrevistado N.º 6	Eficaz	Classifico como eficaz.
Entrevistado N.º 7	Excelente	O desempenho dos militares no âmbito das OMIP é excelente, nem poderia ser de outra forma. Nós estamos preparados para atuar em circunstâncias sempre bem diferentes.

Ilustração 8: Análise de resultados das respostas à questão número 2.

### Análise de Conteúdo das Respostas à Questão N.º 3.

A questão número 3. “Os militares da CReabSvc possuem formação necessária ao cumprimento das OMIP?”, todos os entrevistados partilham da ideia que a formação neste âmbito OMIP é insuficiente, principalmente na área de combate aos incêndios florestais. Apesar das limitações os militares têm deixado boas indicações reconhecidas pelos outros agentes da proteção civil, uma vez que têm conseguido cumprir as missões atribuídas.

Entrevistados	Resposta	Argumentação
Entrevistado N.º 2	Insuficiente	Treino específicos nessa área não temos, é natural que os militares sejam acompanhados por equipas de bombeiros.
Entrevistado N.º 3	Insuficiente	No que diz respeito às OMIP não têm formação necessária para intervir nos incêndios como agentes principal porque esta não é nossa missão principal.
Entrevistado N.º 4	Insuficiente	Na minha opinião não possuem formação nesta área. Contudo, dependendo da missão, se for para cumprir o que está estabelecido em termos teórico, ou seja, aquilo que é missão do Exército, a vigilância após rescaldo e montar segurança. Mas, como na prática os militares acabam por fazer mais do que está previsto, ou seja, vigilância e combate aos incêndios florestais a formação não é suficiente.
Entrevistado N.º 5	Insuficiente	Depende do tipo de missão. Se tivermos a falar apenas em termos de Vulcano ou mais especificamente o Lira, a formação é insuficiente. No entanto o que os militares fazem são as operações de rescaldo, muito pouco para o que poderia ser feito se o Exército tivesse outros equipamentos.
Entrevistado N.º 6	Insuficiente	Sim, exceto para o combate a incêndios.
Entrevistado N.º 7	Insuficiente	Podemos dizer em termos de conceitos gerais, os militares têm um leque bastante alargado de conhecimentos, alguns deles apreendidos na prática diária, que lhes permite trabalhar bem em OMIP, porém não me parece desajustado referir que poderia existir na componente de formação uma maior preocupação com as áreas da PC, incluindo, entre outras, matérias que se prendam com a organização da PC a nível nacional, regional e local.

Ilustração 9: Análise de resultados das respostas à questão número 3.

#### Análise de Conteúdo das Respostas à Questão N.º 4.

Relativamente à questão número 4. **“Os meios materiais são suficientes ao cumprimento dessas missões?”**, com esta questão queríamos saber se os meios materiais disponíveis para os Planos de Operações seriam suficientes. Conclui-se que são insuficientes, porém, os entrevistados defendem que os organismos da proteção civil estão cientes da capacidade da Unidade a este nível, e não sendo esta a missão principal do Exército, devem ser rentabilizada as capacidades existentes, por forma a não correr o risco de possuir meios num determinado local para fazer face a uma situação que pode nunca vir a acontecer.

Entrevistados	Resposta	Argumentação
Entrevistado N.º 1	insuficiente	A CReabSvc tem uma especificidade, fruto de equipamento que tem é uma continuidade do treino que existe, atua com os meios que tem, não são solicitados apoios que não correspondem os meios que ela tem é nessa área que vai atuar como outra unidade atuara numa área que esta vocacionada.
Entrevistado N.º 2	Insuficiente	Na parte dos incêndios companhia não tem grande equipamento. O caso de catástrofe natural situações extremas uma montagem de uma área de apoio de serviços permite apoiar em termo de alojamentos, cozinhas, banhos, latrinas, temos essa capacidade.
Entrevistado N.º 3	Suficiente	De acordo com o que chega da SOIS e que são definidos para cada um dos planos, os materiais que CReabSvc disponibiliza é suficiente.
Entrevistado N.º 4	Insuficiente	Em termos teórico, se a missão for a vigilância e montar segurança, os materiais são suficientes. Mas, como na prática acabamos por combater o incêndio faltam-nos materiais como, por exemplo, fatos, capacetes e botas.

Entrevistado N.º 5	Insuficiente	Deveriam ter viaturas de combate a incêndio com depósitos de água, mangueiras e que permitisse o transporte de algum pessoal. Em termos de catástrofes deveria ter mais autotanques de água, camas articuladas, equipamentos de purificação de água, empilhadores, contentores, etc...
Entrevistado N.º 6	Insuficiente	Não são suficientes nem têm de ser. Esses materiais devem existir na Unidade militar onde a CReabSvc se insere e estar disponíveis para levantar se necessário.
Entrevistado N.º 7	Insuficiente	Nós temos meios suficientes para fazer face a um determinado leque de solicitações e as nossas capacidades estão limitadas aos meios disponíveis. Não quer dizer que sejam poucos, são os que temos para o cumprimento da missão principal e que por razões de sinergia estão também ao dispor de um programa a nível nacional.

Ilustração 10: Análise de resultados das respostas à questão número 4.

### **Análise de Conteúdo das Respostas à Questão N.º 5.**

A questão número 5. **“Que tipo de reestruturação poderia ser feita, a nível da Missão, Estrutura Orgânica e Possibilidades da CReabSvc para garantir um apoio mais eficaz e oportuno com a Proteção Civil?”**, esta questão é dividida para a análise, em três partes, missão, estrutura orgânica e possibilidades, antes de abordar, cada um dos pontos, é importante reforçar que o Quadro Orgânico da CReabSvc foi aprovado recentemente em 7 de Novembro de 2011. O primeiro ponto a missão, todos alertam que a missão do Exército é a defesa da pátria e a da CReabSvc é servir a componente operacional do Exército, e sendo as OMIP são operações complementares e a missão da companhia realizável, não deve ser alterada. O segundo ponto, a estrutura orgânica, os entrevistados defendem que sendo a CReabSvc uma FApGer para responder a estrutura operacional do Exército, não deve ser alterada para responder atividades secundárias, com referência para o entrevistado 1 que defende como alternativas, um plano de contingência numa situação extrema, em que a força adota outra estrutura, ou pode ser feita a reorganização de todas as capacidades existente em



diversas Unidades do Exército. Quanto às possibilidades, o novo quadro orgânico da CReabSvc referencia as OMIP na alínea k (EME, 2011, p.3), os entrevistados defendem que mesmo com limitações as possibilidades da companhia são realizáveis, mas seria necessário um maior cuidado em termos de formação, equipamentos novos e modernos. Porém esta situação acarreta custos, como os sectores da defesa têm sofrido grandes cortes orçamentais, devido à conjuntura económica atual, não existe um plano a curto prazo ou médio prazo para solucionar essas carências. Por último, a cultura de rotatividade existente nas instituições militares também tem dificultado as atividades da companhia, ou seja os militares depois de terem um domínio de meios acabam por mudar da Unidade.

Entrevistados	Resposta	Argumentação
Entrevistado N.º 1	Não	Esta bem organizada para ir para qualquer lado no apoio direto não tem que ser reestruturada ela tem é que ser organizada de acordo com o plano do Exército para o apoio às OMIP. O que pode acontecer é as unidades terem uma reorganização, ou seja, um plano de contingência em que a força adota outra estrutura.
Entrevistado N.º 2	Não	O Quadro orgânico responde as solicitações. As missões e as possibilidades da CReabSvc são realizáveis.
Entrevistado N.º 3	Não	A companhia é uma companhia operacional foi desenhada para responder a componente operacional, e naturalmente para tal não precisa mudar nada, a missão, possibilidade, estrutura está toda ela desenhada de modo a responder a estrutura operacional do Exército.
Entrevistado N.º 4	Não	Em termo de missão não pode ser feita mais nada, esta perfeitamente definida, já contemplam as OMIP. Porém, em termos da estrutura orgânica e possibilidades, na estrutura orgânica de uma Força de Apoio Geral do Exército não podemos ter uma secção de combate de incêndios, ou de cheias.
Entrevistado N.º 5	Não	Acima de tudo seria necessário um maior investimento em termos de equipamento, bem como de formação. As Forças Armadas são agentes da Proteção civil, mas que poderiam ser melhor rentabilizados.
Entrevistado N.º 6	Não	Essa alteração depende daquilo que as entidades civis pretenderem. Isso determinaria a alteração à missão e possibilidades primeiro e consequentemente as alterações na estrutura orgânica.

Ilustração 11: Análise de resultados das respostas à questão número 5.

### Análise de Conteúdo das Respostas à Questão N.º 6.

Por último, a questão número 6 **Atendendo à sua experiência existe algum assunto, no âmbito do tema tratado, que acharia importante referenciar?** era uma questão que pretendia colher contributos dos entrevistados para a elaboração do trabalho. Esse objetivo foi atingido pois retiram-se algumas ideias para abordar o tema.

Entrevistados	Resposta	Argumentação
Entrevistado N.º 1	Sim	Não há que ter uma unidade de proteção civil porque o Exército não é uma unidade de PC tem uma organização que decorre de um quadro legal e o pode fazer ter um plano que reorganize as suas unidades para cumprirem OMIP fazer apoios a acidentes graves ou catástrofe.
Entrevistado N.º 2	Sim	Em termos das OMIP, o plano Aluvião normalmente não acontece, o plano Lira é que normalmente é empenhado. Mas temos, outras missões que prestamos às entidades civis, como, Câmaras Municipais.
Entrevistado N.º 3	Sim	A CReabSvc participa efetivamente nos Planos Lira e Aluvião, e respetivamente apoia os bombeiros e entidades particulares nomeadamente, Câmaras Municipais clubes de desporto, motar, escuteiros, ou seja, apoia muitas entidades civis e os meios solicitados dependem, podem ser tendas, banhos, alimentação, latrinas, e para alguns apoios os meios chegam e outros não.
Entrevistado N.º 4	Sim	A CReabSvc presta apoio a muitas entidades civis não no âmbito de uma OMIP, apoiamos, instituições de solidariedade social onde cedemos materiais e equipamentos que permite incrementar excelente relacionamento com estas entidades e com a zona onde o quartel está inserido que é a Póvoa de Varzim.
Entrevistado N.º 6	Sim	Na minha opinião é importante que fique claro que a missão primária da CReabSvc é prestar apoio logístico a unidades militares e não a entidades civis. Só após ter sido garantida esta capacidade é que pode ser prevista a possibilidade de apoiar outras entidades.
Entrevistado N.º 7	Sim	Estando o tema do trabalho tão focalizado na CReabSvc, não me parece que haja áreas a explorar, apesar de entender que deveria existir treinos de coordenação entre as várias entidades com responsabilidades de PC a nível regional e muito mais a nível local. Parece-me que em caso de necessidade, nos primeiros momentos, que são os decisivos, vamos andar todos a mecanizar procedimentos quanto estes já deveriam estar automatizados.

Ilustração 12: Análise de resultados das respostas à questão número 6.

### 6.3. Conclusões das Entrevistas

Após uma análise individualizada de cada questão, importa agora fazer uma análise mais panorâmica, apresentando aqui algumas conclusões que se conseguiram depreender das entrevistas efetuadas.

Pode-se, desde já, referir que a CReabSvc neste momento se encontra limitada em termos de equipamentos para responder a sua missão principal, o que de uma certa forma também se reflete nas atividades relacionadas com as OMIP, existindo graves lacunas a nível de meios humanos e materiais que comprometem, seriamente, o cumprimento de algumas missões. No entanto, também é de salientar que mesmo com essas limitações a CReabSvc tem respondido sempre com prontidão a todas as solicitações, quer em exercícios, quer em apoios realizados.

Outra das conclusões a que se chegou, foi o facto de se sentir a necessidade de dotar a CReabSvc com outros equipamentos modernos. Outra das ilações a tirar será a falta de exercícios conjuntos.

### 6.4. Análise SWOT

“Concentre-se nos pontos fortes, reconheça as fraquezas, agarre as oportunidades e proteja-se contra as ameaças.”

Sun Tzu, 500 a.C.

O método de análise SWOT consiste na caraterização dos fatores relevantes presentes nos ambientes externo e no interno de uma organização, em função de uma visão, objetivo ou missão, apoiar a decisão sobre as linhas de ação a implementar para as concretizar.

O termo é resultado das iniciais das palavras anglo-saxónicas Strengths (forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades), Threats (Ameaças). A análise SWOT permite fazer a análise de uma instituição enquadrada no seu meio envolvente. Isso é, permite fazer a identificação, de forma integrada, dos principais aspetos que caraterizam a sua posição estratégica num determinado momento, tanto a nível interno como externo.

		Análise Interna	
		Pontos Fortes	Pontos Fracos
Análise Externa	Oportunidades	Grande capacidade de adaptação e flexibilidade dos meios materiais e humanos, fruto do seu modo de emprego modular; Conhecimento e experiência acumulada em apoios e exercícios.	Divulgar as capacidades da CReabSvc na área da proteção civil
	Ameaças	Incentivar a realização de exercícios conjuntos, Escassez de equipamento e materiais,	Pouca participação nos exercícios conjunto no âmbito da Proteção Civil;

Ilustração 13: Matriz SWOT

## Capítulo 7

### Conclusões e Recomendações

#### 7.1. Introdução

Este trabalho procurou, através da análise documental, dar resposta à pergunta de partida e cumprir os objetivos propostos inicialmente.

Neste capítulo procura-se infirmar ou confirmar as hipóteses formuladas, tendo por base os objetivos decorrentes das perguntas derivadas da questão de investigação central. Posteriormente, apresentam-se algumas reflexões finais, as conclusões do trabalho e as limitações sentidas durante a investigação. Por fim, sugerem-se algumas recomendações e investigações futuras.

#### 7.2. Verificação das Hipóteses da Investigação

Efetuada a análise e discussão dos resultados obtidos, através dos instrumentos de investigação utilizados, importa agora proceder à validação das hipóteses da investigação inicialmente formuladas.

“Os resultados de uma investigação têm pouca utilidade se não forem comunicados” (Fortin, 2009, p.42), do mesmo modo que, após recolha de dados, torna-se impreterivelmente interpreta resultados.

Relativamente à primeira hipótese, **A CReabSvc colabora com a estrutura de proteção civil, disponibilizando os seus meios humanos e materiais, nomeadamente militares, viaturas e tendas.**

Esta hipótese é confirmada através do subcapítulo 4.5. Também confirmei a hipótese através das pesquisas efetuadas das quais destaco a análise dos Planos de Operações Lira e Aluvião e os relatórios dos planos.

Quanto à segunda hipótese, **a CReabSvc colabora em operações de consolidação e vigilância ativa após rescaldo à incêndios florestal.**

A validação desta hipótese foi confirmada através da análise do Plano de Operações Lira (EPS, 2011) e da análise dos relatórios.

A terceira hipótese, **a CReabSvc encontra-se preparada para responder com prontidão e eficácia às solicitações inerentes à missão que lhe for atribuída.**

A hipótese foi confirmada, pela análise do capítulo 4, e dos relatórios, publicações, exercícios e apoios em que a companhia tem participado.

Face à quarta hipótese, **a CReabSvc está preparada para responder com prontidão e eficácia ao cumprimento das missões de interesse público.**

Esta hipótese foi confirmada através da análise dos Planos de Operações Lira e Vulcano. A Companhia está vocacionada para operações de cariz logístico, contudo tem os seus meios humanos e materiais em permanente estado de prontidão, definido pela ANPC, para a auxiliar nas situações adversas que possam surgir, quer seja cheias ou incêndios florestais. (Anexo J)

Por último, a quinta hipótese, **o treino da CReabSvc enquadra-se no cumprimento das OMIP.**

Esta hipótese foi totalmente infirmada, através da análise de dois instrumentos, análise do inquérito por entrevista e do PITOP. O primeiro, inquérito por entrevista, com as respostas à questão número 3 das entrevistas, as mesmas foram todas negativas, concluindo que a CReabSvc não possui a formação para intervir em operações de combate à incêndios florestais. O segundo, uma vez que a companhia não tem participado em exercícios no âmbito da proteção civil.

### 7.3. Respostas à Questão Central

Refletindo sobre a questão de partida: **Qual o contributo das missões executadas pela CReabSvc no apoio às autoridades civis, forças e serviços de segurança?**

Pode-se afirmar que a CReabSvc é a única FApGer com valências em apoio logístico. Os elevados níveis de preparação e disponibilidade, conjugados com uma formação e equipamento adequados, potenciaram o grau de prontidão e de resposta nestes tipos de operação. A CReabSvc, pela atuação profissional, disciplinada e coesa que demonstrou, conseguiu atingir elevadas taxas de sucesso que se refletiram na melhoria da eficiência e eficácia dos exercícios e apoios em que participa.

Em situações de acidentes graves ou catástrofes, em que há sempre uma componente policial e uma componente de socorro, a CReabSvc com a sua valência

constitui-se uma grande mais-valia para o sistema, fazendo a interface entre as operações policiais e as de socorro.

#### 7.4. Cumprimento dos Objetivos

No início do trabalho foram enunciados alguns objetivos que se propuseram alcançar e importa agora fazer uma pequena análise para perceber se os mesmos foram alcançados.

O objetivo geral, **construir uma análise do conteúdo das entrevistas recolhidas**, foi consumado no capítulo 6.

Em relação ao primeiro objetivo específico, **determinar a importância da CReabSvc na EPS**, pode-se afirmar que a CReabSvc é uma importante Subunidade da EPS e que permitiu, por um lado aumentar o espectro de atribuições da EPS, e, por outro, potenciar o papel da EPS enquanto agente de proteção civil. O reconhecimento externo que tem pelos seus resultados é igualmente um importante reforço positivo para a imagem do Exército na comunidade onde a Unidade está inserida.

Quanto ao segundo objetivo específico, **efetuar a análise do quadro legislativo e doutrinário em que se enquadra o tema**, foi atingido ao longo do trabalho.

O terceiro objetivo específico, pretendia **identificar as formas de colaboração existentes**, esse objetivo foi conseguido em diversas partes do trabalho, através da análise dos protocolos efetuados entre o Exército e os organismos da proteção civil de seguida, foi feita uma análise específica na Unidade onde está inserida a CReabSvc, a EPS.

Pode-se concluir então que os objetivos a que me propus, foram completamente atingidos no decorrer da investigação realizada.

#### 7.5. Limitações da Investigação

Durante a investigação efetuada, pode-se dizer que se encontraram várias limitações que condicionaram o desenrolar do trabalho e, conseqüentemente as conclusões obtidas. O número máximo de páginas imposta aos anexos e apêndices pela NEP 520/DE/30JUN11/AM, revelou-se manifestamente insuficiente para um trabalho desta natureza, bem como o tempo dado para a sua elaboração, que é indubitavelmente insuficiente e condicionou a investigação, impedindo-a de fluir a bom ritmo.

## **7.6. Desafios para Futuras Investigações**

Abordadas as limitações da investigação no ponto anterior, importa agora apresentar algumas recomendações que nos parecem importantes para a otimização e aproveitamento de todos os meios e recursos ao dispor dos agentes de proteção civil em Portugal.

Assim, como primeira recomendação, pode-se dizer que seria de todo importante avaliar a pertinência da Companhia ser dotada da valência de combate a incêndio, através da criação de uma equipa de SEDFCI.

A existência de meios de comunicação compatíveis, entre as forças militares e os outros agentes de Proteção civil, é também um desafio para futuras investigações.



## Bibliografia

### Livros:

- AAVV, (2011). *Dicionário da Língua Portuguesa - acordo ortográfico: o antes e o depois*. Porto: Porto Editora.
- Bell, J. (2002). *Como Realizar um Projecto de Investigação*. (2ªEd). Lisboa: Gradiva.
- Fortin, M. (2009). *O Processo de Investigação: da conceção à realização*. (5.ª Ed.). Loures: Lusociência.
- Henriques, A. (2009). *O Dispositivo e as Capacidades das Forças Armadas na Resposta a Situação de Crise Decorrentes de Catástrofe ou Calamidade Pública*. Lisboa: IESM.
- Ji, L. e Liang, Z. (2005). *Dominando a Arte da Guerra: Comentários sobre o Clássico de Sun Tzu*. São Paulo: Madras
- Palma, J. (2011). *O Papel das Forças Armadas nas Operações Inter-Agências de Combate às Ameaças Emergentes em Portugal*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- Pinto, J. (2008). *A Engenharia Militar Portuguesa História, Transformação da Defesa e Interesse Nacional*. Lisboa: ISCTE.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Grávida.
- Ramalhete, J. (2010). *As Forças Armadas e a Proteção Civil no Âmbito Nacional e Regional*. Lisboa: IESM.
- Ramalho, J. (2011). *Exército Português: Uma visão - Um rumo - Um futuro*. Lisboa: EME.
- Silva, A. (2011). *O Apoio Humanitário. Contributos das Forças Conjuntas e Combinadas*. Lisboa: IESM.
- Silva, N., Palma, J. e Milice, M. (2009). *O Planeamento Civil de Emergência e a Articulação com as Forças Armadas*. Lisboa: IESM.
- Silvério, P. (2008). *A Nova Ordem e o Empenhamento de Forças no Estado de Excepção: O Caso de Portugal*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Simões, A. (2009). *A Força Aérea, Enquanto Agente de Proteção Civil, no Combate ao Terrorismo*. Lisboa: IESM.

Vaz, N. (2002). *Civilização das Forças Armadas nas Sociedades Demoliberais*. Lisboa: Cosmos/IDN.

### **Artigos e Publicações:**

Alves, C. (2003). "Sobre Segurança." in AAVV- Revista Pela Lei e Pela Grei. Lisboa.

Carrilho, M. (1998). *Portugal no contexto internacional Opinião pública, defesa e segurança*. Lisboa: Cosmos/IDN.

EPAM (2005). "A EPAM na Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais" in AAVV. Revista de Administração Militar Nº12.

EPS. (2008). Anuário de 2007. Póvoa de Varzim: EPS.

EPS. (2009). Anuário de 2008. Póvoa de Varzim: EPS.

EPS. (2010). Anuário de 2009. Póvoa de Varzim: EPS.

EPS. (2011). Anuário de 2010. Póvoa de Varzim: EPS.

EPS. (2012). Anuário de 2011. Póvoa de Varzim: EPS.

Machado, A. (2009). "Companhia de Reabastecimento e Serviços - Encargo Operacional da EPS" in AAVV - Revista da EPS N.º1. Póvoa de Varzim: EPS.

Matos, L. e Bacalhau, M. (2001). *As Forças Armadas em Tempo de Mudança: Uma sondagem à opinião pública nas vésperas do século XXI*. Lisboa: Cosmos/IDN.

Pinheiro, A. (2005). "Segurança e Defesa em Portugal" in AAVV. Pensar a Segurança e Defesa, N.º 20, Lisboa: Cosmos/IDN.

Ramalho, J. (2009). "Missões de Interesse Público nas Forças Armadas Portuguesas" in AAVV. Transformação do Exército no Período 2007-2009. Lisboa: EME.

Ramalho, J. (2011). "Missões de Interesse Público nas Forças Armadas Portuguesas" in AAVV. Transformação do Exército no Período 2010-2011: Lisboa: EME.

Ribeiro, A. (2006). "Principais Repercussões na Organização Defesa Nacional" in AAVV. O Pensamento Estratégico Nacional. Lisboa: Cosmo/IDN.

Rosado, D. (2009). *Sessões de Contabilidade de Gestão, Ano Letivo 2008/2009*, [policopiado], Lisboa: AM

Silva, C. (2012). "A Ação do Exército no Apoio à Proteção Civil: Madeira, Fevereiro 2010" in AAVV- Proelium, n.º 2, Lisboa, Academia Militar, pp. 159 a 187.

Silveira, J. (2010). "A Companhia de Reabastecimento e Serviços - novas mudanças" in AAVV - Revista da EPS N.º2. Póvoa de Varzim: EPS.

**Legislação e Regulamentos:**

- Assembleia da República. (1991). Lei n.º 113/91 de 29 de Agosto (Aprova a Lei de Bases da Proteção Civil), *Diário da República*, I Série -A, N.º 198. Lisboa.
- Assembleia da República (2006). Decreto-Lei n.º 27/2006 de 3 de Julho in *Diário da República*, 1.ª Série, N.º 126. Lisboa
- Assembleia da República. (2007). Decreto-Lei n.º 65/2007 de 12 de Novembro in *Diário da República*, 1.ª Série, N.º 217. Lisboa
- Assembleia da República (2008). Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto in *Diário da República*, 1.ª Série, N.º 167.
- Assembleia da República (2009). Lei Orgânica n.º 1-A/2009 de 7 de Julho in *Diário da República*, 1.ª Série, N.º 129.
- Assembleia da República (2009). Lei Orgânica n.º 1-B/2009 de 7 de Julho in *Diário da República*, 1.ª série, N.º 138.
- Assembleia da República (2009). Decreto-Lei n.º 231/2009 de 15 de Setembro in *Diário da República*, 1.ª Série, N.º 179, (pp. 6422 a 6427). Lisboa.
- CID. (2008). Plano de Operações Vulcano 2008. Évora: CID.
- CID. (2010). Plano de Operações Aluvião 2010\_2011. Évora: CID.
- CID. (2011). Plano de Operações Lira 2011. Évora: CID.
- Conceito Estratégico de Defesa Nacional. (2003). Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003. Publicado no DR n.º 16 - I Série-B de 20 de Janeiro de 2003.
- EME. (2006). QOP n.º 33.0.01, de 18 de Março (EPS). Lisboa: EME.
- EME. (2007). PDE 4-00 Logística. Lisboa: EME.
- EME. (2010). PDE 0.18.00 - Abreviaturas Militares. Lisboa: EME.
- EME. (2011). QOP n.º 06.07.71, de 7 de Novembro (CReabSvc). Lisboa: EME.
- EPS. (2011). Plano de Operações Lira EPS 2010. Póvoa de Varzim: EPS.
- EPS. (2011). Plano de Operações Aluvião EPS 11\_12. Póvoa de Varzim: EPS.
- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto – Constituição da República Portuguesa (CRP) – Sétima Revisão Constitucional.
- Ministério da Administração Interna. (2006). Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho in *Diário da República*, 1ª Série, N.º 142.
- Ministério da Administração Interna. (2006). Decreto-Lei n.º 203/2006, de 27 de Outubro. *Diário da República*, 1ª Série-N.º 208.

Ministério da Administração Interna. (2007). Decreto-Lei nº 75/2007, de 29 de Março in Diário da República, 1ª Série, Nº 63.

Ministério da Defesa Nacional. (2009). Decreto-Lei nº 234/2009, de 15 de Setembro – Lei orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas (LOEMGFA).

**Sites Consultados:**

Garcia, F. (2000). *Política de Defesa Nacional - As Novas Missões das Forças Armadas Portuguesas*. Obtido em 5 de Maio de 2012, às 10h20m, de Jornal de defesa: [http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\\_txt.asp?id=157](http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=157).

Paes, J. (2007). *A Imagem Pública das Forças Armadas no Quadro das suas Missões*. Obtido em 5 de Maio de 2012, às 10h40m, de Jornal de defesa: [http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\\_txt.asp?id=528](http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=528)

## **APÊNDICES**

**Apêndice A – Estrutura da Proteção Civil**

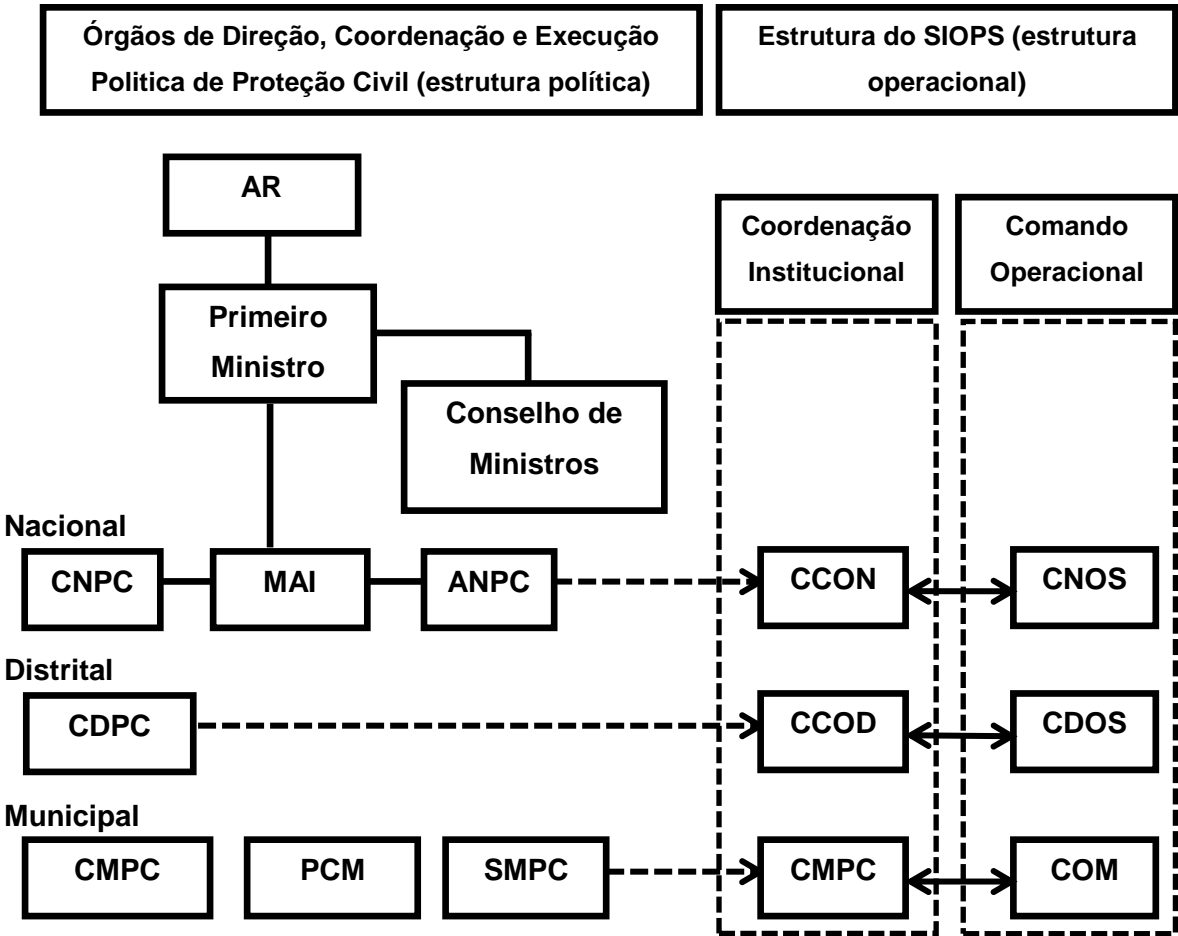


Ilustração 14: Estrutura da Proteção Civil

Fonte: Adaptado ANPC (2011)

**Apêndice B - Quadro de efetivo da CReabSvc**

	<b>Companhia de Reabastecimento e Serviços</b>											
	<b>Quadro Orgânico</b>				<b>Quadro Existências</b>				<b>Quadro de Situação</b>			
	<b>Oficiais</b>	<b>Sargentos</b>	<b>Praças</b>	<b>TOTAL</b>	<b>Oficiais</b>	<b>Sargentos</b>	<b>Praças</b>	<b>TOTAL</b>	<b>Oficiais</b>	<b>Sargentos</b>	<b>Praças</b>	<b>TOTAL</b>
Comando	2	2	0	4	2	2	0	4	0	0	0	0
Secção Manutenção	0	3	5	8	0	3	5	8	0	0	0	0
Pelotão de Reabastecimento	1	15	47	63	1	13	47	61	0	-2	0	-2
Pelotão de Combustíveis e Lubrificantes	1	6	22	29	1	5	22	28	0	-1	0	-1
Pelotão de Serviços	3	23	63	89	1	16	63	80	-2	-7	0	-9
TOTAIS	7	49	137	193	5	39	137	181	-2	-10	0	-12

Ilustração 15: Quadro de efetivo da CReabSvc

Fonte: Adaptado Quadro Orgânico 08.06.71

## **Apêndice C – Guia das Entrevistas**

- 1. Tendo em conta o apoio prestado às entidades civis não se constitui como missão principal do Exército mas, face ao atual Encargo Operacional da CReabSvc, acha que se pode constituir uma mais-valia o empenhamento da CReabSvc nas Outras Missões de Interesse Público (Plano Lira, Aluvião)?**
- 2. Como classifica o desempenho dos militares no âmbito das OMIP?**
- 3. Os militares da CReabSvc possuem formação necessária ao cumprimento das OMIP?**
- 4. Os meios materiais são suficientes ao cumprimento dessas missões (em caso de incêndios florestais, catástrofe natural)?**
- 5. Que tipo de reestruturação poderia ser feita, a nível da Missão, Estrutura Orgânica e Possibilidades na CReabSvc para garantir um apoio mais eficaz e oportuno com a Proteção Civil?**
- 6. Atendendo à sua experiência existe algum assunto, no âmbito do tema tratado, que acharia importante referenciar?**



## **Apêndice D - Entrevista ao Sr. TCor Santana**

Interlocutor: Tenente-Coronel Santana

Entrevistador: Asp Nascimento

Data: 22 de Março de 2012

Hora: 14:41

Local: EME

Suporte: Gravação Áudio

### **1. Tendo em conta que o apoio prestado às autoridades civis não é missão principal do Exército mas, face ao atual encargo operacional da CReabSvc, acha que se constituir uma mais-valia o empenhamento da CReabSvc nas OMIP?**

Não há mais-valia ou menos valia na sua missão todos os seus elementos devem estar preparados para participar na OMIP, desde apoio programado caso do plano Vulcano e plano Lira ou caso apoio não programado que são todos aqueles que nós chamamos inopinados daquelas situações que surgem e que não temos nenhum planos subjacente como Lira e Aluvião de acordo com o plano o escalão superior sabe quais é os meios que nós temos. Não há mais-valia ou menos-valias todas devem estar preparadas de acordo com a sua missão para intervirem nas OMIP, decorrente de outra missão que vai para além da nossa missão principal. O Exército tem uma estrutura que cumpri um determinado fim e este fim é o que esta na Constituição da República, que é a defesa da República participação nos compromissos internacionais e as OMIP. O Exército tem é que fazer a reorganização daquilo que nós temos.

### **2. Como classifica o desempenho dos militares no âmbito das OMIP?**

Não foi colocada esta questão.

### **3. Os militares possuem formação necessária ao cumprimento das OMIP?**

Não foi colocada esta questão

### **4. Os meios materiais são suficientes ao cumprimento dessas missões (em caso de incêndios florestais, catástrofe natural)?**

A CReabSvc tem uma especificidade, fruto de equipamento que tem é uma continuidade do treino que existe, atua com os meios que tem não são solicitados apoios que não correspondem os meios que ela tem é nessa área que vai atuar como outra unidade atuara numa área que esta vocacionada.

**5. Que tipo de reestruturação acha que poderia ser feita, a nível da Missão, Estrutura Orgânica e Possibilidade na CReabSvc para garantir um apoio/cooperação mais eficaz e oportuna com o sistema de proteção civil?**

Não tem que haver reestruturação, porque a CReabSvc é uma Companhia da FApGer que foi criada e que existe para aglutinar uma específica, se nós fossemos outro país devíamos ter a triplicar como são materiais muito específico muito próprio, centrado numa determinada função nós aglutinamos numa única unidade isto tipo de valência nomeadamente na parte de reabastecimento, combustível e lubrificantes, serviços de campanha ela não tem que sofrer nenhuma reestruturação. Porque esta companhia existe para aglutinar as unidades que são orgânicas das Brigadas, ela como companhia não tem emprego operacional, as seções do reabastecimento do pelotão do reabastecimento completa o pelotão de reabastecimento da companhia de reabastecimento e transporte das Brigadas, o pelotão do transporte este é o único que todo para a CRT da Brigada fica pura e simplesmente o pelotão de serviços que tem a capacidade de reforçar as Brigadas com serviço de campanha e tem de se articular em três equipas, tem três equipas de alimentação, três equipas de banho e lavandaria, alojamento troca de fardamento, funeral e registo de sepultura, três equipas de fabrico de pão e porque é que são três, porque os níveis do Exército são uma Brigada um apoio a uma Brigada reforça uma brigada com os serviços de campanha ou tenha capacidades para reforçar os três Batalhões com o serviço de campanha esta estrutura o serviço de campanha esta bem organizada para ir para qualquer lado no apoio direto não tem que ser reestruturada ela tem é que ser organizada de acordo com o plano do Exército para o apoio às OMIP. Portanto não tem que haver reestruturação a este nível porque ela não é uma unidade de PC, mas ela contempla a missão, uma das possibilidades é o apoio a OMIP, a companhia não participara como companhia em lado nenhum, ela atuara com equipas e valências que são solicitadas e quem comandara essas são as pessoas que o Exército e a Estrutura da Proteção Civil entender. Quem dirige as operações de proteção civil é a PC execução e ligação para que as missões seja cumpridas como deve ser e a integridade da força seja preservada comando e controlo é garantida e que a unidade quando chega ao para executar uma missão faça essa missão vai responder diretamente ao comandante da PC. O que pode acontecer é as unidades terem uma reorganização, ou seja, um plano de contingência em que a força adota outra estrutura.

**6. Atendendo à sua experiência existe algum assunto, no âmbito do tema tratado, que acharia importante ao ponto de ser tratado no trabalho?**

Acho que aquilo que devemos fazer nesta área é maximizar o duplo uso, e reorganizar estruturar a força de acordo com um plano de contingência Não há uma unidade de proteção civil porque o Exército não é uma unidade de PC tem um organização que decorre de um quadro legal e o pode fazer ter um plano que reorganize as suas unidades para cumprirem OMIP fazer apoios a acidentes graves ou catástrofe. A CReabSvc abandonará uma estrutura de seção e pelotão, adotará uma estrutura de equipas e agrupar por grupos de intervenção, área de alimentação, reabastecimento de água, purificação.

## **Apêndice E - Entrevista ao Sr. Cap Monteiro**

Interlocutor: Capitão Monteiro

Entrevistador: Asp Nascimento

Cargo: Cmdt da CReabSvc

Data: 29 de Março de 2012

Hora : 13:23

Local: CReabSvc

Suporte: Gravação Áudio

### **1. Tendo em conta que o apoio prestado às autoridades civis não é missão principal do Exército mas, face ao atual Encargo Operacional da CReabSvc, acha que se pode constituir uma mais-valia o empenhamento da CReabSvc nas Outras Missões de Interesse Público (OMIP)?**

R: Primeiramente, cabe esclarecer quais é que são as OMIP que a CReabSvc participa, normalmente, é empenhada no Plano Lira e Plano Aluvião no âmbito da Proteção Civil, GNR e das outras Forças de Segurança, é mais empenhada na parte dos incêndios, no plano Lira, nós não temos formação na área de combate aos incêndios daí os militares irem só com atribuição na área de vigilância então é empenhada na parte de prevenção, vigilância e rescaldo, CReabSvc podemos dizer que no âmbito dessas duas missões (Plano Lira e Aluvião), não se constituirá como mais-valia. Outros tipos de missão que poderá prestar as entidades civis, estas sim constituirão como uma mais-valia. Nomeadamente os apoios às entidades civis no âmbito de cozinhas, banhos, latrinas, etc, está sim poderá constituir como uma mais-valia, em virtude de possibilitar aos militares o treino e o empenhamento prático do conhecimento teórico que têm do material.

### **2. Como classifica o desempenho dos militares no âmbito das OMIP?**

R: A CReabSvc tem um desempenho excelente, nos apoios quer seja eles militares, civis exercícios em participa, porque temos uma grande experiência a trabalhar com o material de intendência, o que permite enfrentar com alguma facilidade as missões, apesar das OMIP ser deferentes, os militares não possuem a formação na área de combate aos incêndios, para apagar os incêndios numa fase inicial.

### **3. Os militares possuem formação necessária ao cumprimento das OMIP?**

O treino específicos nessa área não temos, é natural que os militares sejam acompanhados por equipas de bombeiros. Não possuem formação nem equipamento próprio, procura-se agora através da SOIS em coordenação com os bombeiros municipais,

da Póvoa de Varzim estabelecer um protocolo para dar esta formação aos militares. Portanto neste momento não nenhuma formação.

**4. Os meios materiais são suficientes ao cumprimento dessas missões?**

Na parte dos incêndios, no aluvião e das cheias, a companhia não tem grande equipamento tirando as pás, picaretas e abafadores, sei que existe unidades que estão formadas e possuem equipamentos, viaturas IVECO 40 equipadas com sistema de distinção de incêndios. Por outro lado, se nos for pedido no âmbito das OMIP, o caso de catástrofe natural, o caso de um terramoto situações extremas uma montagem de uma área de apoio de serviços permite apoiar em termo de alojamentos, cozinhas, banhos, latrinas, tem capacidade. Relativamente ao Quadro Orgânico não temos o nosso Quadro Orgânico de Pessoal, quer o Quadro Orgânico Material completo, face a situação do país não julgo que seja possível constituir a 100%, pelo menos a 80%, temos lacunas mas apesar de limitações conseguimos fazer alguma coisa Pelotão de Combustíveis, Pelotão de Reabastecimento e Pelotão de Serviços meio humanos.

**5. Que tipo de reestruturação poderia ser feita, a nível da Missão, Estrutura Orgânica e Possibilidades na CReabSvc para garantir um apoio mais eficaz e oportuno com a Proteção Civil?**

O Quadro orgânico responde as solicitações. Os meios humanos e materiais, limitados que este momento possui, a companhia no âmbito de proteção civil e especificamente no plano Lira, falta formação. A estrutura orgânica da companhia está constituída como uma FApGer às Brigadas, mas julgo, bem montada as missões e as possibilidades da CReabSvc são realizáveis.

**6. Atendendo à sua experiência existe algum assunto, no âmbito do tema tratado, que acharia importante referenciar?**

Em termos das OMIP, o plano Aluvião normalmente não acontece, o plano Lira é que é normalmente empenhado. Mas temos, outras missões que prestamos às entidades civis, como, Câmaras Municipais.

## **Apêndice F - Entrevista ao Sr. Ten Carvalho**

Interlocutor: Tenente Carvalho

Entrevistador: Asp Nascimento

Cargo: 2º Cmdt da CReabSvc

Data: 11 de Abril de 2012

Hora: 14:04

Local: CReabSvc

Suporte: Áudio

**1. Tendo em conta que o apoio prestado às autoridades civis não é como missão principal do Exército mas, face ao atual Encargo Operacional da CReabSvc, acha que se pode constituir uma mais-valia o empenhamento da CReabSvc nas Outras Missões de Interesse Público (Plano Lira, Aluvião)?**

R: A missão principal do Exército não é efetivamente as OMIP. A CReabSvc participa nos planos, Aluvião por causa das cheias e Lira por causa dos incêndios, essas são as grandes missões de interesse público que nós tratamos aqui na EPS, e naturalmente a CReabSvc também participa nesses planos, mas não é só a CReabSvc, a EPS é que participa e naturalmente a CReabSvc dá o seu contributo, com do pessoal e material. É uma mais-valia uma vez que reforçamos com meios neste caso viaturas e pessoal.

**2. Como classifica o desempenho da CReabSvc no âmbito das OMIP?**

Geralmente depois de prestar o apoio, o chefe de apoio pergunta se houve algum problema com os militares no apoio, o feedback recebido é positivo, os militares ficaram sempre disponíveis, atendimento personalizado e os materiais foram instalados da melhor maneira possível. A Companhia gosta de prestar serviços e dá-se muito bem com a comunidade local. Respondendo pelas informações que os militares da CReabSvc dão, a população, os bombeiros fazem comentário que gostaram da participação, a ideia que fazem chegar é que a missão foi cumprida da melhor maneira.

**3. Os militares possuem formação necessária ao cumprimento das OMIP?**

Os militares da CReabSvc possuem formação necessária para trabalhar com os meios que têm, que são meios militares nomeadamente conduzir viaturas e muitas vezes operar com bastão da bomba de água. Agora, no que diz respeito às OMIP não têm formação necessária para intervir nos incêndios como agentes principal porque esta não é nossa missão principal. Mas, neste momento estamos a tratar de ver se os bombeiros disponibilizam para dar formação aos militares que possa ser nomeado no plano Lira e depois posteriormente para o plano Aluvião, tendo em conta, que os planos complementam

quando não está ativo um está outro, para poder enquadrar os treinos que são dados na proteção civil com os treinos que os militares possuem.

**4. Os meios materiais são suficientes ao cumprimento dessas missões?**

De acordo com o que chega da SOIS e são definidos para cada um dos planos, os materiais que CReabSvc disponibiliza é suficiente, pedem duas viaturas, damos duas viaturas e temos mais, pedem duas tendas damos duas tendas e temos mais, ou seja, os meios que são solicitados para esses dois planos à CReabSvc nós temos materiais mais que suficientes. O que é pedido nesses planos, para combater incêndios, fazer busca e salvamento, a CReabSvc disponibiliza.

**5. Que tipo de reestruturação poderia ser feita, a nível da Missão, Estrutura Orgânica e Possibilidades na CReabSvc para garantir um apoio mais eficaz e oportuno com a Proteção Civil?**

A companhia é uma companhia operacional foi desenhada para responder a componente operacional, e naturalmente para tal não precisa mudar nada, a missão, possibilidade, estrutura está toda ela desenhada de modo a responder a estrutura operacional do Exército. As OMIP são complementar, o caráter e a existência do Exército deve-se a componente operacional, neste aspeto acho que nós efetivamente não devemos mudar nada porque está tudo bem definido. Acho que deveria encurtar esses procedimentos administrativos que poderão ser feitos a posteriori, a ativação do pessoal nomeado deveria ser imediata para resposta ser em tempo mais curto. Ao nível, da missão e estrutura não tem mexer porque ela está feita para responder a Componente Operacional do Exército e não as OMIP.

**6. Atendendo à sua experiência existe algum assunto, no âmbito do tema tratado, que acharia importante referenciar?**

Definir muito bem o que é que são OMIP no teu trabalho, se é isso que vais abordar. Abordar só isso, se quiser abordar o empenhamento da CReabSvc noutros aspetos nomeadamente nos apoios que presta a entidades civil não deves abordar através das OMIP, porque não é prestado OMIP. A CReabSvc participa efetivamente nos Planos Lira e Aluvião, e respetivamente apoia os bombeiros e entidades particulares nomeadamente, Câmaras Municipais clubes de desporto, motar, escuteiros, ou seja, apoia muitas entidades civis e os meios solicitados dependem, podem ser tendas, banhos, alimentação, latrinas, e para alguns apoios os meios chegam e outros não.

## **Apêndice G - Entrevista ao Sr. Ten Paixão Carvalho**

Interlocutor: Tenente Carvalho

Entrevistador: Asp Nascimento

Data: 17 de Abril de 2012

Hora: 11:13

Local: Direção de Formação

Suporte: Gravação Áudio

**1. Tendo em conta que o apoio prestado às autoridades civis não se constitui como missão principal do Exército mas, face ao atual Encargo Operacional da CReabSvc, acha que se pode constituir uma mais-valia o empenhamento da CReabSvc nas Outras Missões de Interesse Público (Plano Lira, Aluvião)?**

O reduzido encargo operacional que a CReabSvc possui neste momento, entendo claramente que empenhar a CReabSvc nas OMIP é uma mais-valia, uma vez que permite expormos perante a sociedade civil de uma forma credível, que de fato quando fazemos alguma coisa, fazemos bem, e creio que é também uma forma de mantemos os militares a trabalhar, criar uma empatia junto da sociedade civil, uma vez que vão sentir que estão a ser ajudados pelos militares.

A mais-valia para CReabSvc não é em termos de treino operacional e técnico, é acima de tudo melhorar a empatia que as FA e ao Exército em particular têm perante a sociedade civil e melhora a opinião que as pessoas têm. É uma forma positiva de nós expormos para que a sociedade civil perceba que o Exército também tem utilidade a este nível.

Resumindo, é uma mais-valia em termos de ligação e empatia com a sociedade civil, para que eles percebam quais é que são as nossas reais capacidades e que de facto nós somos um pilar da sociedade e eles percebam quais é que são os valores e a disciplina que nos rege.

**2. Como classifica o desempenho dos militares da CReabSvc no âmbito das OMIP?**

Durante a minha permanência na Companhia os militares participaram nas OMIP quer plano Aluvião como o plano Lira, sempre que foram chamados demonstraram que temos uma enorme capacidade de adaptação, sendo que, em maior parte das vezes acabamos de executar mais tarefas do que aquelas estavam inicialmente prevista. Por exemplo, no plano Lira, a missão do Exército é apenas vigiar, ou seja, vigilância após rescaldo, mas muitas vezes os militares acabam por combater fogo como se fossem um



bombeiro e após o fogo estar apagado ficam a montar segurança. Portanto, acho que o desempenho dos militares no âmbito das OMIP é positivo.

**3. Os militares da CReabSvc possuem formação necessária ao cumprimento das OMIP?**

Na minha opinião não possuem formação nesta área. Contudo, dependendo da missão, se for para cumprir o que está estabelecido em termos teórico, ou seja, aquilo que é missão do Exército, a vigilância após rescaldo e montar segurança. Mas, como na prática os militares acabam por fazer mais do que está previsto, ou seja, vigilância e combate aos incêndios florestais a formação não é suficiente. O feedback que tive quer como Cmdt de Pelotão e depois de Companhia era positivo. Tendo em conta que não restringíamos apenas ao cumprimento da nossa missão, ajudamos os bombeiros e a Proteção Civil a apagar fogos. Portanto como ajudávamos nessas tarefas o relacionamento era claramente bom.

**4. Os meios materiais são suficientes ao cumprimento dessas missões (em caso de incêndios florestais, catástrofe natural)?**

Recebemos na Companhia uma listagens de acordo com a diretiva que foi para a SOIS, ou seja, inicialmente é feito uma coordenação entre EPS e Proteção Civil para saber os materiais que temos disponíveis para ceder, ao Plano Aluvião e Plano Lira. Em termos teórico, se a missão for a vigilância e montar segurança, os materiais são suficientes. Mas, como na prática acabamos por combater o incêndio faltam-nos materiais como, por exemplo, fatos, capacetes e botas.

**5. Que tipo de reestruturação poderia ser feita, a nível da Missão, Estrutura Orgânica e Possibilidades na CReabSvc para garantir um apoio mais eficaz e oportuno com a Proteção Civil?**

Em termo de missão não pode ser feita mais nada, esta perfeitamente definida, já contemplam as OMIP. Porém, em termos da estrutura orgânica e possibilidades, na estrutura orgânica de uma Força de Apoio Geral do Exército não podemos ter uma secção de combate de incêndios, ou de cheias.

Na minha opinião creio que não se pode fazer mais nada, porque nunca vamos ter formação nesta área até podemos criar uma secção ou equipa ou pelotão vocacionados para estas missões não faz sentido porque não é nossa missão principal e apenas uma das nossas possibilidades.

**6. Atendendo à sua experiência existe algum assunto, no âmbito do tema tratado, que acharia importante referenciar?**

A CReabSvc presta apoio a muitas entidades civis não no âmbito de uma OMIP, apoiamos, instituições de solidariedade social onde cedemos materiais e equipamentos que permite incrementar excelente relacionamento com estas entidades e com a zona onde o quartel está inserido que é a Póvoa de Varzim. A CReabSvc tem muitos apoios civis e tudo aquilo que se pretende numa OMIP fazem-no também neste apoio, permite incrementar relacionamento com a população civil e expormos para a população perceber quais é que são as nossas reais capacidades, e acima de tudo permite que os militares, efetuem treino técnico ao apoiarem estas entidades, uma vez que montamos tendas, locais de reabastecimento de água, de banho, para servir alimentação.

## **Apêndice I - Entrevista ao Sr. Capitão Silveira**

Interlocutor: Sr. Capitão Silveira

Entrevistador: Aspirante AdMil Abedul Trindade do Nascimento

Data:

Suporte: Via Correio Eletrônico

### **1. Tendo em conta que o apoio prestado às entidades civis não se constitui como missão principal do Exército mas, face ao atual Encargo Operacional da CReabSvc, acha que se pode constituir uma mais-valia o empenhamento da CReabSvc nas Outras Missões de Interesse Público (Plano Lira, Aluvião)?**

Poderia ser, mas a CReabSvc está muito limitada em termos de equipamentos, pois não dispõe de muitos equipamentos previstos em quadro orgânico. Por exemplo para o reabastecimento de água a granel, a CReabSvc apenas tem um autotanque de água (6000 litros) e alguns atrelados de água (1000 ou 1500 litros de água). Também não possui quaisquer equipamentos de purificação de água.

Em termos de alojamento possui um número considerável de tendas que permite alojar um efetivo significativo (aproximadamente 500 a 600 pessoas). No entanto possui poucas camas articuladas (“burros de mato”) e que rondam cerca de oitenta.

A CReabSvc possui uma boa capacidade em termos de alimentação, banhos, latrinas e lavandaria através dos respetivos equipamentos. Estes pontos fortes da CReabSvc não têm vindo a ser solicitado em termos de OMIP de grande dimensão, mas apenas a apoios civis de pequena dimensão que são fáceis de apoiar. O grosso dos apoios são inclusivamente a entidades civis (Câmaras Municipais e escolas), em que a CReabSvc tem muita experiência.

Considero é que a CReabSvc enquanto força de Apoio Geral e única Subunidade logística do Exército com determinadas valências deveria estar mais apetrechada para apoiar o Sistema de forças nacional, bem como OMIP.

### **2. Como classifica o desempenho da CReabSvc no âmbito das OMIP?**

A CReabSvc não tem sido constituída como Subunidade nos Planos Lira, Aluvião e Vulcano. A CReabSvc tem cedido viaturas e tendas e alguns militares que participam nestas missões, juntamente com outros militares da EPS, sob coordenação da SOIS/EPS. Não posso assim classificar o desempenho da CReabSvc, apenas os seus militares.

### **3. Os militares da CReabSvc possuem formação necessária ao cumprimento das OMIP?**

Depende do tipo de missão. Se tivermos a falar apenas em termos de VULCANO ou mais especificamente o LIRA, a formação é insuficiente. No entanto o que os militares fazem são as operações de rescaldo, muito pouco para o que poderia ser feito se o Exército tivesse outros equipamentos. Todos os equipamentos que existem na CReabSvc os militares dominam o seu funcionamento e manutenção. Existe lacunas em termos dos equipamentos de purificação de água mas também não existem na CReabSvc.

**4. Os meios materiais são suficientes ao cumprimento dessas missões (em caso de incêndios florestais, catástrofe natural)?**

Os meios materiais são muito escassos. Em termos de incêndios, os militares do Exército, não apenas da CReabSvc deveriam ter equipamento individual adequado (fato, botas, capacete). Deveriam ter viaturas de combate a incêndio com depósitos de água, mangueiras e que permitisse o transporte de algum pessoal.

Em termos de catástrofes deveria ter mais autotanques de água, camas articuladas, equipamentos de purificação de água, empilhadores, contentores, etc...

**5. Que tipo de reestruturação poderia ser feita, a nível da Missão, Estrutura Orgânica e Possibilidades na CReabSvc para garantir um apoio mais eficaz e oportuno com a Proteção Civil?**

Acima de tudo seria necessário um maior investimento em termos de equipamento, bem como de formação. As Forças Armadas são agentes da Proteção civil, mas que poderiam ser melhor rentabilizados. A estrutura da Proteção Civil sofreu alterações neste último ano em que extinguiram o Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência, mantendo no entanto a Autoridade Nacional para a proteção civil.

Na minha opinião deve haver uma coordenação de todos os meios existentes no sistema de proteção civil para que os recursos sejam rentabilizados. As Forças Armadas poderiam ter um papel mais relevante, desde que fosse previsto em diploma legal e fossem feitos investimentos em equipamentos. Os efetivos elevados das Forças Armadas devem ser um fator a ter em conta, mas que devem ser empregues em situações que justifiquem.

**6. Atendendo à sua experiência existe algum assunto, no âmbito do tema tratado, que acharia importante referenciar?**

Não respondeu esta questão.

## **Apêndice J - Entrevista ao Sr. Capitão Sá Machado**

Interlocutor: Capitão Sá Machado

Entrevistador: Asp Nascimento

Data: 16 de Maio de 2012

Suporte: Via Correio Eletrónico

**1. Tendo em conta o apoio prestado às entidades civis não se constitui como missão principal do Exército mas, face ao atual Encargo Operacional da CReabSvc, acha que se pode constituir uma mais-valia o empenhamento da CReabSvc nas Outras Missões de Interesse Público (Plano Lira, Aluvião)?**

Acho que constitui uma mais-valia para o Exército, não especificamente para a CReabSvc e desde que este género de apoios não comprometa as atividades militares.

**2. Como classifica o desempenho da CReabSvc no âmbito das OMIP?**

Classifico como eficaz.

**3. Os militares da CReabSvc possuem formação necessária ao cumprimento das OMIP?**

Sim, exceto para o combate a incêndios.

**4. Os meios materiais são suficientes ao cumprimento dessas missões (em caso de incêndios florestais, catástrofe natural)?**

Não são suficientes nem têm de ser. Esses Materiais devem existir na Unidade militar onde a CReabSvc se insere e estar disponíveis para levantar se necessário. Essas atividades não são a missão principal nem a prioridade da companhia.

**5. Que tipo de reestruturação poderia ser feita, a nível da Missão, Estrutura Orgânica e Possibilidades na CReabSvc para garantir um apoio mais eficaz e oportuno com a Proteção Civil?**

Essa alteração depende daquilo que as entidades civis pretenderem. Isso determinaria a alteração à missão e possibilidades primeiro e consequentemente as alterações na estrutura orgânica.

**6. Atendendo à sua experiência existe algum assunto, no âmbito do tema tratado, que acharia importante referenciar?**

Sim. Na minha opinião é importante que fique claro que a missão primária da CReabSvc é prestar apoio logístico a unidades militares e não a entidades civis. Só após ter sido garantida esta capacidade é que pode ser prevista a possibilidade de apoiar outras entidades.

## **Apêndice K - Entrevista ao Sr. Capitão Henriques**

Interlocutor: Sr. Capitão Henriques

Entrevistador: Aspirante AdMil Abedul Trindade do Nascimento

Cargo: Chefe da SOIS

Data: 7 de Julho de 2012

Suporte: Via Correio Eletrónico

**1. Tendo em conta que o apoio prestado às entidades civis não se constitui como missão principal do Exército mas, face ao Encargo Operacional da CReabSvc, acha que se pode constituir uma mais-valia o empenhamento da CReabSvc nas Outras Missões de Interesse Público (Plano Lira, Aluvião)?**

R: É certo que a missão principal do Exército é a defesa do território contra agressões exteriores e não missões de interesse público, no entanto várias variáveis contribuem para este desígnio. Desde logo, o Exército como membro das Forças Armadas, deve estar preparado para fazer a guerra e conquistar a paz, porém Portugal ultimamente não tem tido necessidade de empenhar as suas Forças Armadas (FA) naquela que é a sua principal missão. Apesar de não ter havido empenhamento destas, o seu treino é indispensável e contínuo, sendo certo que é difícil medir a proficiência do mesmo, uma vez que não é transposto para a prática. É aqui que reside uma das variáveis. A manutenção das FA, olhado a vista desarmada, fica cara, se bem que a segurança não tem preço, mas a generalidade das pessoas não a sentem assim, por nunca terem sentido a insegurança. Esta razão tem levado a que as FA mostrem a sua multifacetariedade, mostrando que conseguem cumprir missões nas mais variadas vertentes, que não só ligadas à guerra e à manutenção da paz. Este desiderato tem sido bem conseguido, pois as capacidades instaladas no seio das FA é grande e a forma de empenhamento dos meios em missões de interesse público é em tudo semelhante ao empenhamento na missão principal, sendo certo que as circunstâncias em que são utilizados é logicamente bem diferente. Por outro lado as FA sentem a necessidade de estar mais próximas da sociedade que as acolhe, num mundo cada vez mais global, e estando com as pessoas quando elas precisam de ajuda efetiva, leva a que se compreenda melhor a sua existência.

Indo ao cerne da questão colocada, que se prende com a mais-valia que pode advir do empenhamento da CReabSvc, pelo que já aflorei, esta pode ser grande, dependendo da forma como a queiramos encarar. Não havendo necessidade de empenhamento das FA no cumprimento da sua missão principal, apesar de haver treino operacional, só com a prática, em ações não tipicamente planeadas, é possível aumentarmos as capacidades de resposta às

mais variadas solicitações, como sejam o apoiar em circunstâncias nunca antes trabalhadas, com variáveis que estão em constante mutabilidade. Por outro lado há necessidade de se trabalhar com os equipamentos afetos aquela Companhia, sobre pena de se tornarem obsoletos antes de serem usados e interessa ter presente que quem suporta os custos com as Forças Armadas é a sociedade em geral e não os membros das FA em particular. Assim, entendo que as mais-valias, por tudo o que acabo de referir e eventualmente por outras razões aqui não apresentadas, são muitas, pelo que deve fomentar-se o incremento do empenhamento da CReabSvc no cumprimento de Missões de Interesse Público, importando no entanto referir, que essa realidade não pode levar ao descaracterizar das FA.

## **2. Como classifica o desempenho dos militares no âmbito das OMIP?**

R: O desempenho dos militares no âmbito das OMIP é excelente, nem poderia ser de outra forma. Nós estamos preparados para atuar em circunstâncias sempre bem diferentes. Tal como o camaleão se adapta ao ambiente que o circunda também o militar o faz. O militar vai para o cumprimento da sua missão sempre sem a fórmula mágica a utilizar quando chegar à área de operações. A única ferramenta que ele leva é um conjunto alargado de conhecimentos que lhe vão permitir, quando no local, implementar a forma de atuação que, pela sua análise, seja a mais adequada aquele tipo de operação, tendo presente todas as variáveis disponíveis.

## **3. Os militares possuem formação necessária ao cumprimento das OMIP?**

Podemos dizer em termos de conceitos gerais, os militares têm um leque bastante alargado de conhecimentos, alguns deles apreendidos na prática diária, que lhes permite trabalhar bem em OMIP, porém não me parece desajustado referir que poderia existir na componente de formação uma maior preocupação com as áreas da PC, incluindo, entre outras, matérias que se prendam com a organização da PC a nível nacional, regional e local, para que em situação de necessidade seja mais facilmente apreendido o modus operandi implementado, pois como já referi o militar não trabalha com o check-list das fórmulas mágicas. Ele adequa os conhecimentos teórico-práticos à realidade que tem perante si. Sendo a instituição castrense caracterizada pela hierarquia e tendo a dimensão que tem, a adequação a determinadas matérias leva o seu tempo, porém julgo que a breve trecho serão dados maiores passos nesse sentido.

## **4. Os meios materiais são suficientes ao cumprimento dessas missões (em caso de incêndios florestais, catástrofe natural)?**

Na resposta a esta questão temos que ter presente o seguinte: as FA são apenas mais um elemento da composição da estrutura de PC nacional e não têm que ter todas as

capacidades e valências de outras entidades que existem no meio civil. Não podemos ter o anseio de querer substituir os bombeiros, a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública, os serviços municipais, entre tantos outros. Há áreas de trabalho e de atuação que podem ser comuns e mais meia dúzia de conceitos, mas cada um está talhado para o que foi desenhado. Este é também o conceito que vigora no nosso atual quadro legislativo. Quando perguntamos se os meios são suficientes ao cumprimento das OMIP, vamos responder, nós militares, tendo presente o que em termos legais nos está atribuído neste tipo de operações, pelo que já referi. Nós temos meios suficientes para fazer face a um determinado leque de solicitações e as nossas capacidades estão limitadas aos meios disponíveis. Não quer dizer que sejam poucos, são os que temos para o cumprimento da missão principal e que por razões de sinergia estão também ao dispor de um programa a nível nacional. A questão da quantidade deve ser uma preocupação da ANPC a nível nacional, mas que nem assim pode ser ajustada, pois se o grosso dos meios estiver a norte e a grande necessidade deles seja a sul, o que interessa ter muitos se não estão onde são precisos. Grave será que existindo eles no centro, não estejam a ser empenhados por falta de informação, enquanto se aguarda pelos que vem de norte.

**5. Que tipo de reestruturação poderia ser feita, a nível da Missão, Estrutura Orgânica e Possibilidades na CReabSvc para garantir um apoio mais eficaz e oportuno com a Proteção Civil?**

Não foi colocada esta questão.

**6. Atendendo à sua experiência existe algum assunto, no âmbito do tema tratado, que acharia importante referenciar?**

Estando o tema do trabalho tão focalizado na CReabSvc, não me parece que haja áreas a explorar, apesar de entender que deveria existir treinos de coordenação entre as várias entidades com responsabilidades de PC a nível regional e muito mais a nível local. Parece-me que em caso de necessidade, nos primeiros momentos, que são os decisivos, vamos andar todos a mecanizar procedimentos quanto estes já deveriam estar automatizados.



# **ANEXOS**

**Anexo A – Enquadramento e Organização das Forças Armadas**

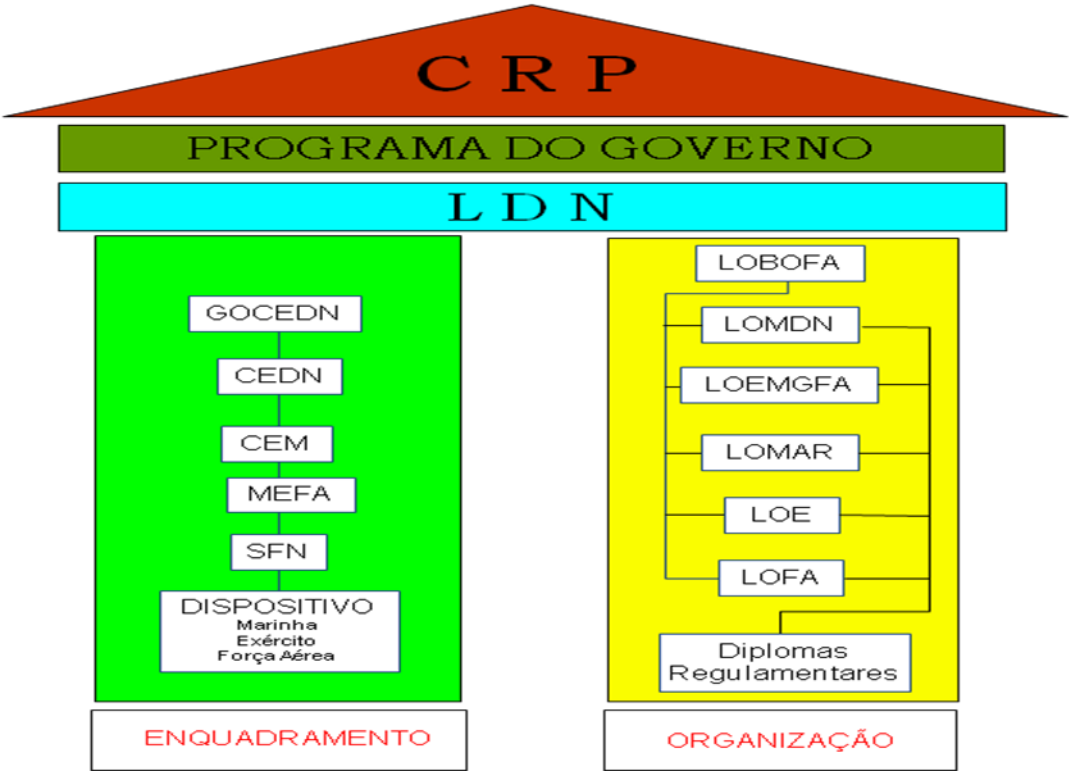


Ilustração 16: Enquadramento e Organização das Forças Armadas

Fonte: Duarte, P. (2011) *Sessão n.º2 de Tática dos Serviços Geral da Estratégia*, Ano Letivo 2011/2012, policopiado, Póvoa de Varzim, EPS, Diapositivo 5.

**Anexo B - Centro de Coordenação Operacional Distritais de atuação das FA**

DISTRITO	RAMO	DISTRITO	RAMO
Aveiro	Exército	Leiria	Exército
Beja	Exército	Lisboa	Exército
Braga	Exército	Portalegre	Exército
Bragança	Exército	Porto	Exército
Castelo Branco	Exército	Santarém	Exército
Coimbra	Exército	Setúbal	Marinha
Évora	Exército	Viana do Castelo	Exército
Faro	Exército	Vila Real	Exército
Guarda	Exército	Viseu	Exército

Ilustração 17: Centros de Coordenação Operacional Distritais de atuação das FA.

**Anexo C - Vigilância Móvel e Combate ao Fogo em Primeira Intervenção**

<b>Circunscrição Florestal</b>	<b>Unidade Militar</b>	<b>Local de Aquartelamento</b>	<b>Concelho</b>
<b>Norte</b>	RI 19	Alto do Fontão	Montalegre/Boticas
	RI 13	Vilarinho de Cova de Lua	Brgança
	RC6	Viera do Minho	Viera do Minho
	RC6	Castro Laboreiro	Melgaço
	RI13	Macedo de Cavaleiros	Macedo de Cavaleiros
	RI13	RI13	Vila Real (Marão)
	RI13	Ermelo	Mondim de Basto
	RI19	Minas da Borralha	Boticas/Montalegre
	EPS	Labruja	Ponte de Lima
	EPT	Serra da Freita	Arouca
<b>Centro</b>	BrigMec.	Selada das Eiras	Arganil
	RA4	Guarda Norte	Pombal/Marinha Grande
	BrigMec.	Buçaco	Mealhada
	RI14	Serra do Crasto	Viseu
	RI14	Pedra da Broa	Oliveira de Frades
	EPC	Moitas	Proença-a-Nova
	RI10	Mira	Mira
<b>Sul</b>	EPA	Sines	Sines
	RI3	Terras de Ordem	Castro Marim/Tavira
	RC3	Serra de São Mamede	Castelo de Vide

Ilustração 18: Localização das equipas de SEDFCI



## Anexo D - Componente Operacional do Sistema de Forças

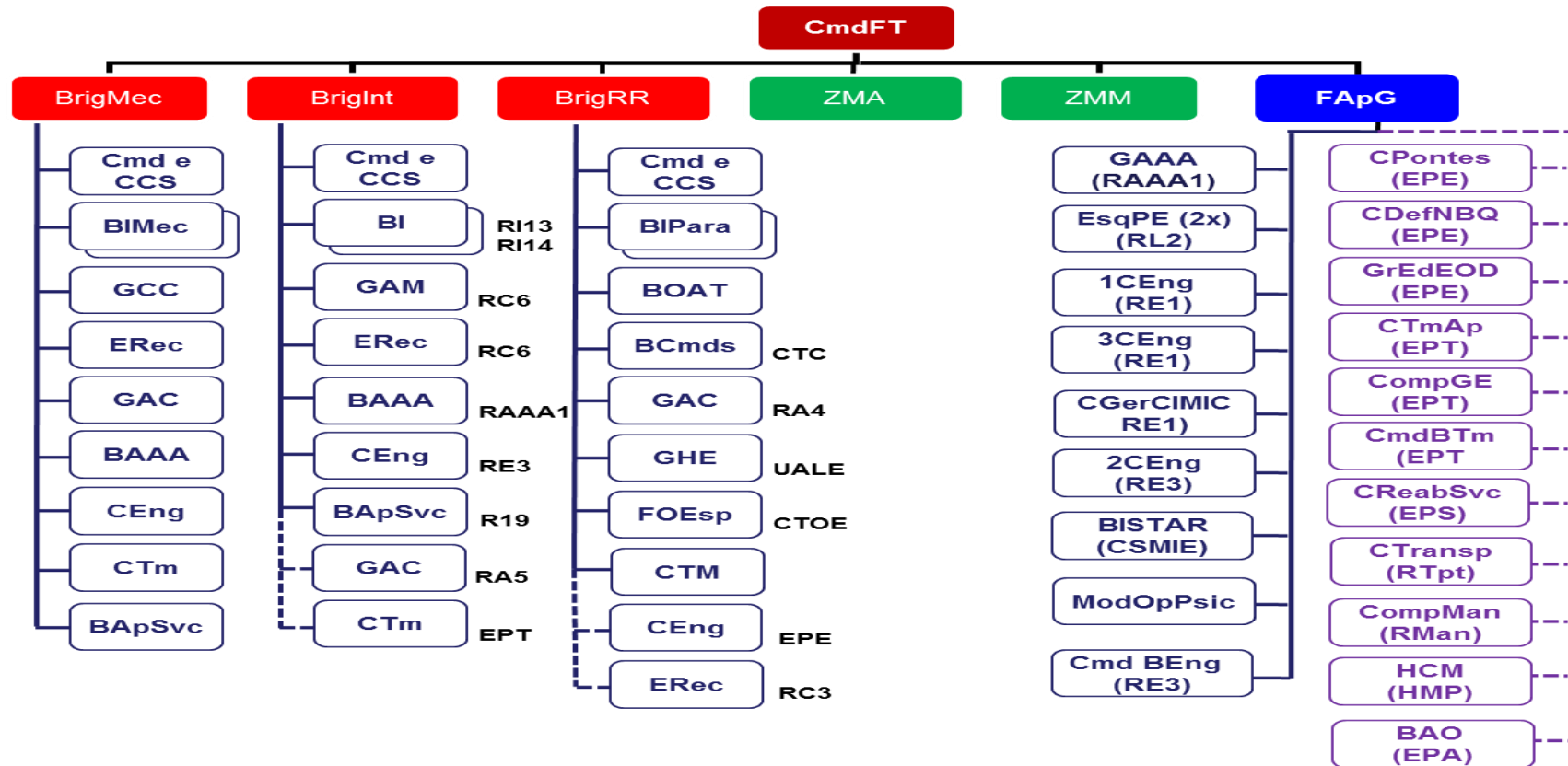


Ilustração 19: Componente Operacional do Sistema de Forças

**Anexo E - Organograma da Companhia de Reabastecimento e Serviços.**

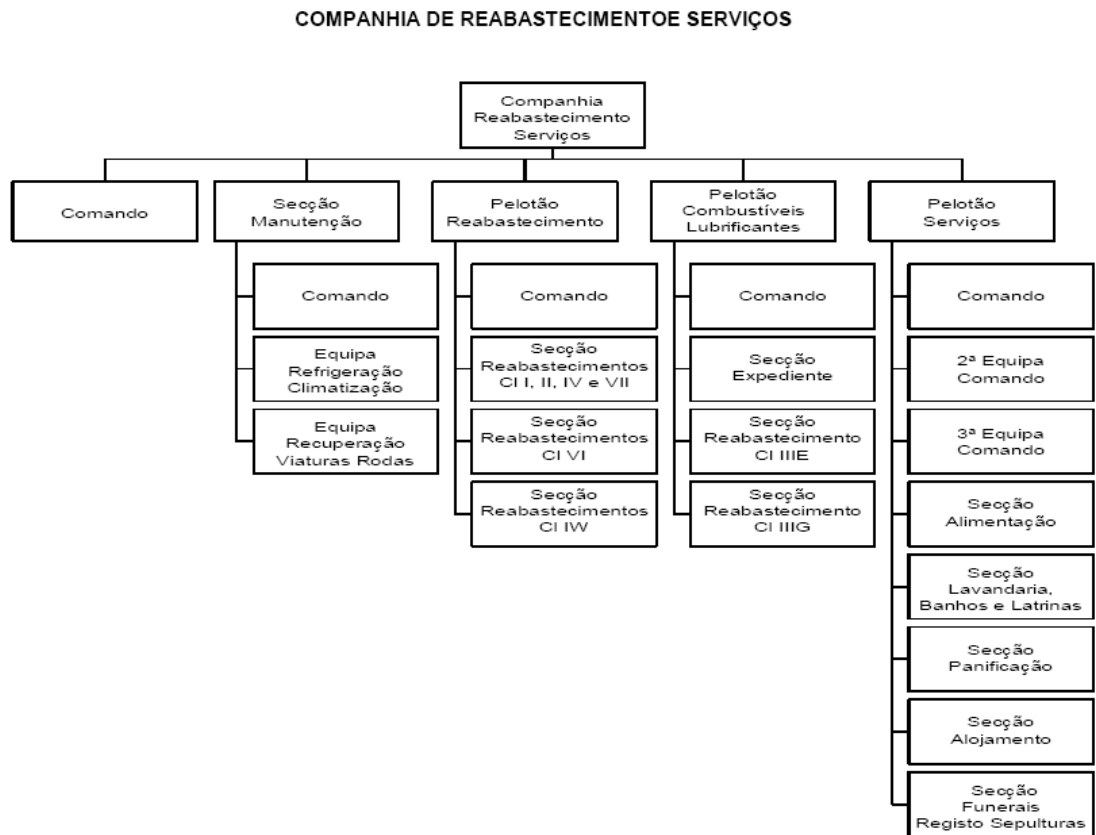


Ilustração 20: Organograma da CRS

Anexo F - Organograma da Escola Prática dos Serviços

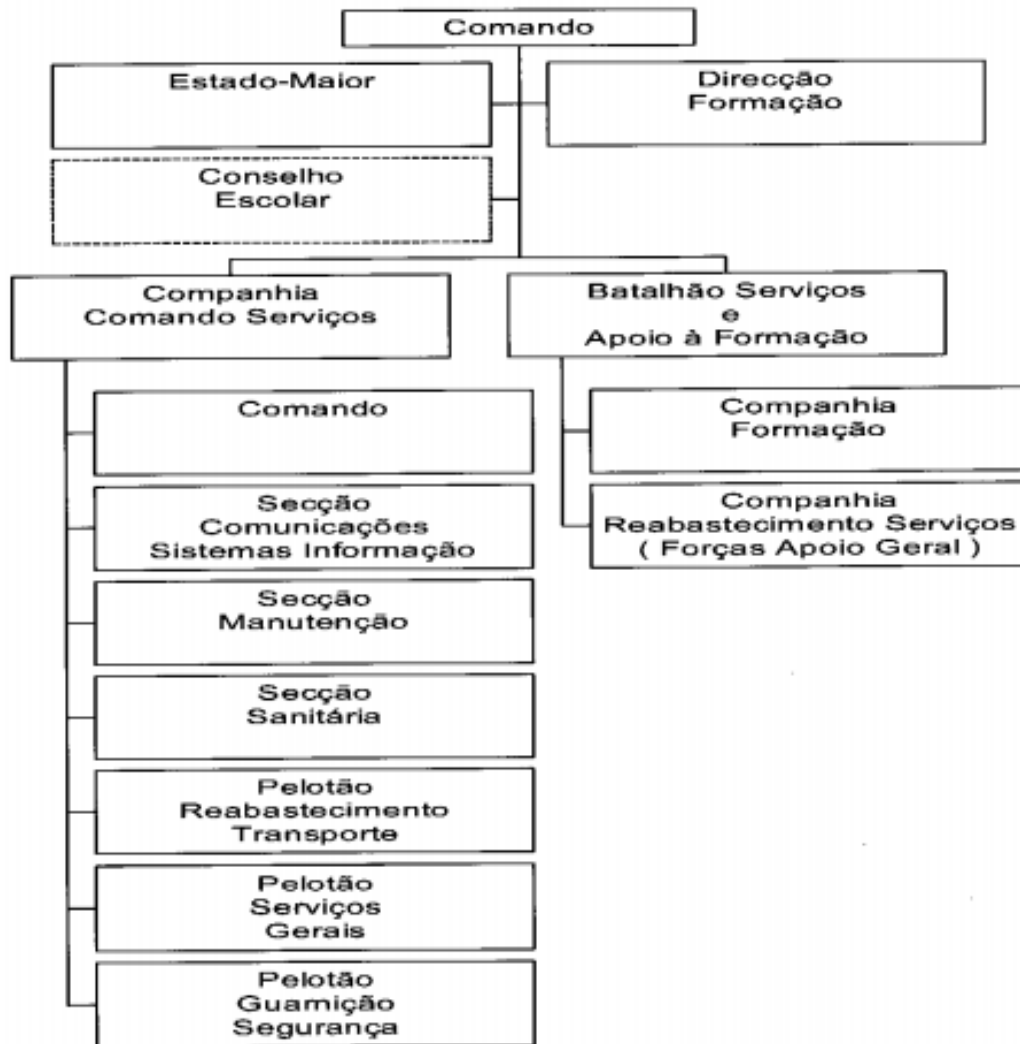


Ilustração 21: Organograma da Companhia de Reabastecimento e Serviços.



## Anexo G - Quadro Orgânico de Pessoal por postos da CRS

RESUMO POR POSTOS		Cmnd		Sec Man		Pel Reab		Pel Comb Lub		Pel Svc		TOTAL
Os números entre "(" e ")" referem-se aos cargos em Ordem de Batalha.		4		8		61		28		80		181
Os militares que desempenham cargos em acumulação de funções ou na situação de Reserva na efectividade de serviço não estão contabilizados.												
OFICIAIS	CAP	1										1
	SUBALT	1				1		1		1		4
	Subtotal	2	-	-	-	1	-	1	-	1	-	5
SARGENTOS	SAJ	2		1		3		1		4		11
	1SAR											
	1SAR/2SAR			2		10		3		12		27
	2SAR/FURR/2FURR							1				1
Subtotal		2		3		13		5		16		39
PRAÇAS	CABO			3		21		11		21		56
	SOLD			2		27		11		41		81
	Subtotal			5		48		22		62		137
TOTAL		4	-	8	-	62	-	28	-	79	-	181

Ilustração 22: Quadro Orgânico de Pessoal por postos da CRS

## Anexo H - Área da responsabilidade da Escola Prática dos Serviços

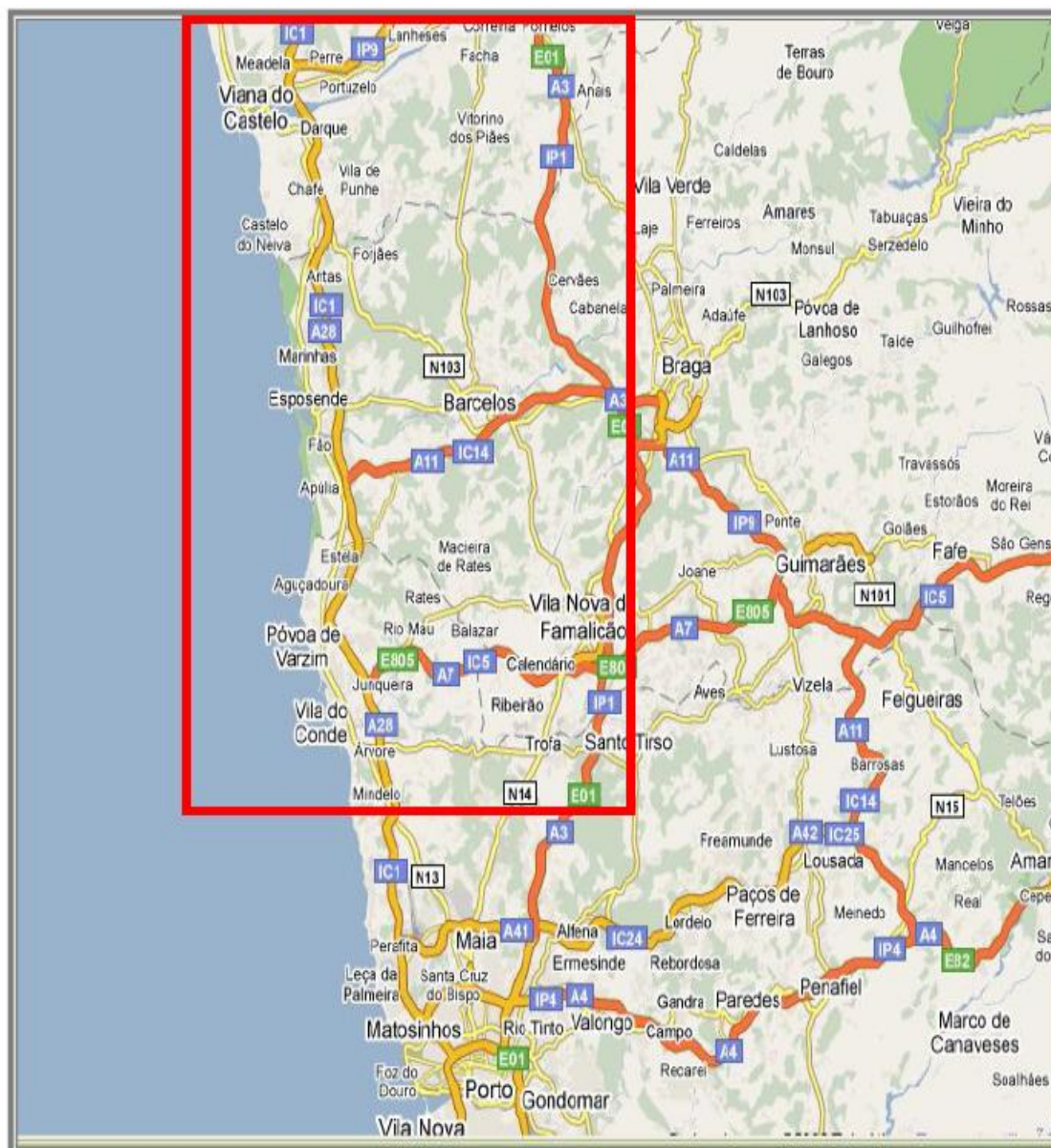


Ilustração 23: Área da responsabilidade da Escola Prática dos Serviços

**Anexo I - Relação dos meios a aprontar aos Planos de Operações**

SUBUN	MEIOS		
	PESSOAL	VIATURAS	OUTROS
BSAF	A nomear pelas secretarias do comando e do BSAF.	2 Viaturas Táticas Pesadas	01 Tenda insuflável 01 Insuflador elétrico 01 Gerador
CCS	A nomear pelas secretarias do comando e da CCS		Enxadas, pás, ancinhos-raspadores, batedores e abafadores.

Ilustração 24: Relação dos meios a aprontar ao Plano de Operações Lira EPS 11

NÍVEIS de ALERTA	Meios a disponibilizar			TAREFA
	Pessoal (CReabSvc)	Viaturas (CReabSvc)	Outros (CReabSvc/CCS)	
VERDE  AZUL  AMARELO	1 Secção + 1 Oficial de Ligação	1 Viat tact Pes c/ guincho para transporte de força 1 Autotanque de água	1 Motobomba água 2 1 Motosserra 3 Lanternas , 3 Pás 3 Enxadas 2 Tendas insufláveis 1 Gerador 3,2 KVA 1 Insuflador	Preparação de meios
LARANJA  VERMELHO	1 Pelotão	2 Viat tact Pes c/ Guincho para transporte da força 1 Autotanque de água	1 Motobomba água 2 1 Motosserra, 3 Lanternas, 9 Pás 9 Enxadas 2 Tendas insufláveis 1 Gerador 3,2 KVA 1 Insuflador	Aprontamento de meios

Ilustração 25: Relação de meios a aprontar ao Plano de Operações Aluvião EPS 11\_12

**Anexo J - Grau de prontidão do Exército no caso de solicitação da ANPC**

Situação de Gravidade 5 Estado de Alerta Normal <b>VERDE</b> Risco Baixo	Forças com prontidão de 72 horas
Situação de Gravidade 4 Estado de Alerta Especial <b>AZUL</b> Risco Moderado	Forças com prontidão de 24 horas
Situação de Gravidade 3 Estado de Alerta Especial <b>AMARELO</b> Risco Alto	Forças com prontidão de 6 horas
Situação de Gravidade 2 Estado de Alerta Especial <b>LARANJA</b> Risco Elevado	Forças com prontidão de 2 horas
Situação de Gravidade 1 Estado de Alerta Especial <b>VERMELHO</b> Risco Extremo	Forças com prontidão imediata

Ilustração 26: Estado de alerta e nível de alerta do Exército para o plano Lira

ESTADO	NÍVEL	RISCO	PRONTIDÃO
ALERTA			
NORMAL	VERDE	Baixo	72 Horas
ESPECIAL	AZUL	Moderado	12 Horas
	AMARELO	Alto	6 Horas
	LARANJA	Elevado	2 Horas
	VERMELHO	Extremo	Imediata

Ilustração 27: Estado de alerta e nível de alerta do Exército para o plano Aluvião

## Anexo K - Modelo de relatório dos Planos de Operações

**PRECEDÊNCIA:** ROTINA

**DE:** EPS

**PARA:** COMFORTERRA

**C/C:** GABIMAIOR, COMINSTDOUTERRA

**SIC** MUJ

**ASS:** PLANO ALUVIÃO/ PLANO LIRA- RELATÓRIO DE APOIO

**REF:** (Documento que deu origem ao emprego de meios)

1. ENTIDADE APOIADA

2. ENTIDADE QUE SOLICITOU O APOIO

3. TIPO DE APOIO

a. DESCRIÇÃO

b. LOCAL

c. PERÍODO DO APOIO (GDH início/ GDH Fim)

d. MEIOS EMPENHADOS

(1) PESSOAL

(2) VIATURAS

(3) MEIOS ENGENHARIA

(4) OUTROS

e. DADOS RELEVANTES

(1) KM PERCORRIDOS

(2) HORAS MÁQUINA REALIZADAS

(3) COMBUSTÍVEIS CONSUMIDOS

(4) OUTROS

4. ENCARGOS FINANCEIROS (POR RÚBRICAS ORÇAMENTAIS) COM ATIVIDADES

a. COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

b. ALIMENTAÇÃO

c. OUTROS

5. OBSERVAÇÕES

Ilustração 28: Modelo de Relatório dos Planos de Operações